

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E
SOCIEDADE
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

A ATUAÇÃO DO VESTUÁRIO NAS DEMARCAÇÕES DA POSIÇÃO
IDENTITÁRIA MULHER

THE PERFORMANCE OF CLOTHING IN THE DEMARCATION OF WOMEN'S
IDENTITY POSITION

EL DESEMPEÑO DE LA VESTIMENTA EN LA DEMARCACIÓN DE LA
POSICIÓN DE IDENTIDAD DE LAS MUJERES

JÉSSICA BORGES CAIKOSKI

ORIENTADORA: Profa. Dra. DIONE DA ROCHA BANDEIRA
COORIENTADORAS: Profa. Dra. RAQUEL ALVARENGA SENA VENERA e
Dra. SANDRA PASCHOAL LEITE DE CAMARGO GUEDES

Joinville – SC

2023

JÉSSICA BORGES CAIKOSKI

A ATUAÇÃO DO VESTUÁRIO NAS DEMARCAÇÕES DA POSIÇÃO
IDENTITÁRIA MULHER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade – PPGPCS da Universidade da Região de Joinville – Univille, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, sob orientação da professora Dra. Dione da Rocha Bandeira e coorientação das professoras Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera e Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes.

Joinville – SC

2023

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

C133a	<p>Caikoski, Jéssica Borges</p> <p>A atuação do vestuário nas demarcações da posição identitária mulher / Jéssica Borges Caikoskil; orientadora Dra. Dione da Rocha Bandeira; coorientadoras Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera, Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes. – Joinville: UNIVILLE, 2022.</p> <p>100 p.: il.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de Joinville)</p> <p>1. Roupas femininas. 2. Cultura material. 3. Mulheres – Identidade. 4. Patrimônio cultural. I. Bandeira, Dione da Rocha. II. Venera, Raquel Alvarenga Sena. III. Guedes, Sandra Paschoal Leite de Camargo. IV. Título.</p> <p>CDD 687.082</p>
-------	---

Termo de Aprovação

"A Atuação do Vestuário nas Demarcações da Posição Identitária Mulher"

por

Jéssica Borges Caikoski

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira
Orientadora (UNIVILLE)

Profa. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Coorientadora (UNIVILLE)

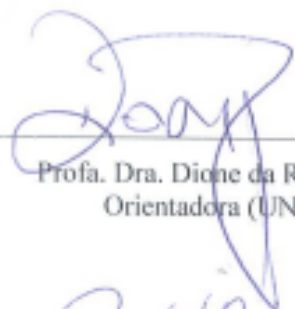
Profa. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera
Coorientadora (UNIVILLE)

Prof. Dr. Maurício Eugênio Maliska
(UNISUL)

Profa. Dra. Nadja de Carvalho Lamas
(UNIVILLE)

Profa. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes
(UNIVILLE)

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira
Orientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

Joinville, 13 de março de 2023.

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo à minha irmã, Amanda, que sempre se colocou à disposição para me auxiliar, seja indagando sobre minha escrita ou simplesmente acolhendo minhas reclamações e me dando abraços quentinhos.

Agradeço à minha irmã, Lari, que mesmo tão jovem, encontrou forças para dividir comigo as responsabilidades e dores que atravessaram nossa vida familiar durante o período de pandemia e de escrita desta dissertação.

Agradeço à minha tia, Andri, por sempre me incentivar, me inspirar e me acompanhar durante minha trajetória.

Agradeço às integrantes deste estudo, que aceitaram contribuir para a pesquisa e me proporcionaram encontros tão lindos.

Gratidão a meus amigos, Ana, Ruan, e por último, Thiago, que tive o prazer de conhecer recentemente. Obrigada pela escuta incansável e palavras de incentivo.

Aos meus avós, que mesmo sem entender muito bem o porquê de eu estudar tanto, tal como me diziam, fizeram o possível por mim.

Quero agradecer ao Willer, pelos espaços de respiro que trouxe para a minha vida nestes últimos anos que foram tão difíceis, os quais coincidiram com o período de mestrado. Obrigada pelo apoio, por me fazer rir e me ensinar a encarar as coisas com leveza.

Um agradecimento especial à Dione, que acompanhou de perto meu percurso, sempre se colocando de modo muito prestativo. Gratidão também às minhas coorientadoras, Sandra e Raquel. Aprendi muito com vocês, profs.

Aproveito para agradecer às professoras Taiza e Nadja, pelas contribuições feitas durante meu exame de qualificação.

Por fim, agradeço aos professores e colegas do mestrado, obrigada pelas trocas riquíssimas.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado teve como objetivo analisar nas narrativas de oito mulheres, nascidas em diferentes décadas, a atuação do vestuário nas demarcações da posição identitária “mulher”, assim como sua relação com os debates sobre cultura material e patrimônio cultural. Para tanto, realizamos entrevistas de História Oral. A análise dos enunciados foi feita a partir da metodologia de Análise de Discurso (AD), um dispositivo teórico analítico que tem como objeto de estudo o discurso, isto é, a palavra em movimento, os efeitos de sentidos. Cabe destacar que nesta pesquisa utilizamos da terminologia mulher não como um núcleo identitário, seja ele embasado em pressupostos biológicos ou culturais, mas demonstramos a partir da noção lacaniana de semblante, e do constructo butleriano de performatividade, que o gênero é substancializado a partir de sua reiteração. O sujeito enquanto faltante, se define a partir de um embate com o Outro que o constitui, e é pela linguagem que ele reiteradamente procura completar-se imaginariamente. Além disso, os indivíduos são desde sempre interpelados por uma ideologia, pelas circunstâncias históricas que os circundam. O trabalho foi organizado em três artigos. No primeiro deles, discutimos acerca do conceito de cultura material, verificamos que é impossível separar as dimensões material/imaterial, já que toda materialidade remete a uma imaterialidade e vice e versa. Nossa leitura dos objetos se dá no interior de um contexto cultural específico, e é nele que os significados adquirem contorno, justamente por isso é que as roupas podem repetir silenciosamente classificações que permeiam os códigos de gênero. Para o segundo texto, partimos para as análises das entrevistas, por meio das quais percebemos que determinadas peças de roupas, cores e tecidos são atreladas à figura da mulher, e enquanto artefatos da cultura material, tornam-se tão engendradas às práticas cotidianas que são naturalizadas e passam a ser acionadas para demarcar posições identitárias. As roupas informam sobre o cenário cultural no qual são usadas e significadas, e tal como percebemos pelo discurso das participantes, concluímos se tratar de um contexto permeado por desigualdades de gênero, que se materializam e se repetem a partir dos códigos de vestimenta. No último artigo analisamos as regulações presentes no vestuário da mulher a partir de uma leitura intergeracional, recorrendo às narrativas das participantes do estudo. Focamos nossa análise nas instituições que materializam e reproduzem uma ideologia sexista, a qual atravessa gerações à medida em que se atualiza em nossa memória discursiva e reverbera em normatizações envolvendo as roupas das mulheres. Chegamos à compreensão de que os Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1996), desempenham a função de assegurar a reprodução dessa base ideológica, embora também haja possibilidade para deslocamentos nessas mesmas instituições. Com efeito, as regulações presentes no vestuário da mulher se mostraram demasiado complexas, dentre suas relações estão a vigilância dos corpos, o controle da sexualidade e uma cultura do estupro na qual elas vivem em constante insegurança. Todos esses elementos se engendram a processos identificatórios de gênero relacionados ao vestir.

Palavras Chaves: Gênero, Vestimentas, Cultura Material, Análise de Discurso

ABSTRACT

The present master's thesis aimed to analyze in the narratives of eight women, born in different decades, the role of clothing in the demarcations of the identity position "woman", as well as its relationship with the debates on material culture and cultural heritage. To this end, we conducted oral history interviews. The analysis of the statements was based on the methodology of Discourse Analysis (DA), a theoretical analytical device whose object of study is discourse, that is, the word in movement, the effects of meaning. It is worth mentioning that in this research we use the terminology "woman" not as a core identity, whether based on biological or cultural assumptions, but we demonstrate from the Lacanian notion of semblance, and the Butlerian construct of performativity, that gender is substantiated from its reiteration. The subject, as a lacking, is defined from a clash with the Other that constitutes it, and it is through language that it repeatedly seeks to complete itself imaginarily. Besides, individuals are always interpellated by an ideology, by the historical circumstances that surround them. The paper was organized into three articles. In the first of them, we discuss the concept of material culture, verifying that it is impossible to separate the material/immaterial dimensions, since all materiality leads to immateriality and vice-versa. Our reading of objects takes place within a specific cultural context, and it is there that meanings acquire contour, which is precisely why clothes can silently repeat classifications that permeate gender codes. For the second text, we started to analyze the interviews, through which we noticed that certain pieces of clothing, colors, and fabrics are linked to the figure of the woman, and as artifacts of material culture, they become so ingrained in everyday practices that they are naturalized and start to be used to demarcate identity positions. The clothes inform about the cultural scene / background in which they are worn and signified, and as we perceived by the participants' speech, we conclude that it is a context permeated by gender inequalities, which are materialized and repeated through the dress codes. In the last article we analyze the regulations present in women's clothing from an intergenerational reading, using the narratives of the study participants. We focus our analysis on the institutions that materialize and reproduce a sexist ideology, which crosses generations as it is updated in our discursive memory and reverberates in normatizations involving women's clothing. We came to the understanding that the Ideological State Apparatuses (ALTHUSSER, 1996), perform the function of ensuring the reproduction of this ideological basis, although there is also the possibility for displacement in these same institutions. Indeed, the regulations present in women's clothing have proven to be too complex, among their relations are the surveillance of bodies, control of sexuality, and rape culture in which they live in constant insecurity. All these elements are engendered by gender identity processes related to dress.

Keywords: Gender, Dress, Material Culture, Discourse Analysis

RESUMEN

La presente tesis de maestría tuvo como objetivo analizar en las narrativas de ocho mujeres, nacidas en diferentes décadas, el papel de la vestimenta en las demarcaciones de la posición identitaria de "mujer", así como su relación con los debates sobre la cultura material y el patrimonio cultural. Para ello, realizamos entrevistas de historia oral. El análisis de los enunciados se realizó a partir de la metodología del Análisis del Discurso (AD), dispositivo teórico analítico que tiene como objeto de estudio el discurso, es decir, la palabra en movimiento, los efectos de sentidos. Cabe destacar que en esta investigación utilizamos la terminología mujer no como núcleo identitario, ya sea a partir de supuestos biológicos o culturales, sino que demostramos desde la noción lacaniana de semblante, y el constructo butleriano de performatividad, que el género se sustancializa a partir de su reiteración. El sujeto, como carencia, se define a partir del choque con el Otro que lo constituye, y es a través del lenguaje que busca reiteradamente completarse imaginariamente. Además, los individuos siempre están interpelados por una ideología, por las circunstancias históricas que los rodean. El trabajo está organizado en tres artículos. En el primero de ellos, discutimos el concepto de cultura material, comprobando que es imposible separar las dimensiones material/inmaterial, ya que toda materialidad remite a una inmaterialidad y viceversa. Nuestra lectura de los objetos tiene lugar dentro de un contexto cultural específico, y es ahí donde los significados adquieren contorno, que es precisamente por lo que la ropa puede repetir silenciosamente clasificaciones que impregnan los códigos de género. Para el segundo texto, partimos del análisis de las entrevistas, a través de las cuales nos dimos cuenta de que ciertas prendas, colores y tejidos están vinculados a la figura de la mujer, y como artefactos de la cultura material, se engendran a prácticas cotidianas que se naturalizan y se activan para demarcar posiciones identitarias. Las ropas informan sobre el escenario cultural en que son usadas y significadas, y como percibimos a través de los discursos de las participantes, concluimos que se trata de un contexto permeado por desigualdades de género, que se materializan y repiten a través de los códigos de vestimenta. En el último artículo analizamos las regulaciones presentes en la vestimenta femenina a partir de una lectura intergeneracional, utilizando las narrativas de las participantes del estudio. Centramos nuestro análisis en las instituciones que materializan y reproducen una ideología sexista, que atraviesa generaciones al actualizarse en nuestra memoria discursiva y reverberar en normatizaciones que involucran la vestimenta femenina. Llegamos al entendimiento de que los Aparatos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1996), cumplen la función de asegurar la reproducción de esta base ideológica, aunque también existe la posibilidad de desplazamiento en estas mismas instituciones. En efecto, las normativas presentes en la vestimenta de las mujeres se han mostrado demasiado complejas, entre sus relaciones se encuentran la vigilancia de los cuerpos, el control de la sexualidad y una cultura de la violación en la que ellas viven en constante inseguridad. Todos estos elementos están ligados a procesos de identidad de género relacionados con el vestido.

Palabras clave: Género, Vestido, Cultura Material, Análisis del Discurso

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AIS	Aparelhos Ideológicos de Estado
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FD	Função discursiva
GEIPAC	Grupo de Pesquisas Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural
LAPARQ	Laboratório de Arqueologia e Patrimônio Arqueológico
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ARTICULAÇÕES ENTRE ROUPAS, GÊNERO E MEMÓRIA	25
2.1 Entrecruzamento entre culturas: material e imaterial	25
2.2 Processos identificatórios e cultura material: as roupas como marcadores de gênero	28
2.3 Apropriações culturais do vestuário	37
2.4 Vestimentas, memória e suas múltiplas relações	40
2.5 Considerações finais	42
3 COMPONENTES DO VESTUÁRIO NA DEMARCAÇÃO DE POSIÇÕES IDENTITÁRIAS DE GÊNERO	44
3.1 Análise de discurso: dispositivo teórico metodológico	44
3.2 Sujeito dividido	46
3.3 Diferença sexual e gênero: articulações possíveis	51
3.4 Informações sobre as participantes do estudo	54
3.5 Vestidos e saias na demarcação da identidade mulher	57
3.6 Considerações finais	65
4 MULHERES E AS REGULAÇÕES SOCIAIS DO QUE (NÃO) VESTIR	66
4.1 Análise de Discurso: Dispositivo teórico metodológico	66
4.2 Informações sobre as participantes do estudo	68
4.3 Regulações presentes no vestuário da mulher	71
4.4 Considerações finais	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturado	94
APÊNDICE B – Parecer de aprovação do Comitê de Ética	97

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, integrado à linha “Patrimônio, ambiente e desenvolvimento sustentável”. Trata-se de uma pesquisa ligada ao Laboratório de Arqueologia da Univille (LAPArq), ao Grupo de Estudos Arqueocult, ao Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural (GEIPAC) e ao Grupo de Estudos Subjetividades e (auto)Biografias, dos quais participam a orientadora da pesquisa e coorientadoras.

Esta dissertação articula, no campo do patrimônio cultural, discussões sobre cultura material/imaterial, vestimentas, identificações e gênero. Ela adquire caráter interdisciplinar à medida que trata de assuntos transversais a diferentes disciplinas, relacionados em torno de uma base epistemológica em comum. As discussões aqui trazidas derivam do campo da Psicologia (minha área de formação), da Psicanálise e da Filosofia. Ademais, as reflexões são compostas junto a teorias do Patrimônio Cultural, da Linguística, da História, da Antropologia, da Moda e do Design.

A escolha da temática derivou de indagações pessoais e acadêmicas que emergiram primeiramente através da minha existência no mundo enquanto mulher. Posteriormente, de problematizações realizadas durante meu percurso de graduação em Psicologia, que despertaram questionamentos a respeito dos processos identificatórios, gênero e articulações sujeito/meio.

Desse modo, a partir da união de temas de interesse pessoal aos da professora orientadora Dra. Dione da Rocha Bandeira, optamos por analisar, a partir da narrativa de oito mulheres, componentes do vestuário nas demarcações da posição identitária mulher, assim como sua relação com os debates sobre cultura material e patrimônio cultural.

Em nossa sociedade ocidental, mesmo antes do nascimento, na vida intrauterina, após identificação de um genital por meio da ultrassonografia, os pais já criam expectativas acerca do comportamento dos filhos consonantes com o sexo. Desde cedo são inseridos marcadores de gênero que acompanham a criança no decorrer de seu processo de socialização, são comprados objetos, decoração para o quarto e roupas que correspondem a essa classificação. Atualmente temos como moda os chás revelação, que se tornaram comuns.

Para trabalhar com as categorias sexo/gênero recorreremos a Butler (2003) e Lacan (1985), cujas teorizações, embora tenham alguns pontos de embate, trouxeram grandes contribuições para este campo de estudo. Cabe destacar aqui, que não temos o intuito de fazer um tratado teórico apresentando discussões entre a psicanálise e as teorias do feminismo, nos arriscamos timidamente, embasados em autores como Cossi e Dunker (2017) e Pedro Ambra (2017), a trabalhar a partir de possíveis articulações entre ambas as teorias, tendo como foco as narrativas que nos detivemos a analisar.

Lacan (1985), a partir de sua prerrogativa da não relação sexual, nos apresenta que diante do real¹ do sexo, só resta aos seres falantes parecerem homens ou mulheres através da dimensão do semblante, a qual se desvincula de qualquer classificação anatômica. O falo, enquanto órgão, é dessubstancializado, isto é, há uma “ruptura com a natureza, pois se trata da maneira como a realidade anatômica é concebida pela linguagem, quando o falo é menos o órgão, mas o significante que o interpreta como marca e irreduzível da diferença sexual” (FUENTES, 2012 p. 73). Os seres sexuados respondem à função fálica, por meio de modalidades de gozo distintas, o gozo fálico² e o gozo Outro, o qual está para além da linguagem. Como descreve Bonfim (2014), a modalidade de gozo é influenciada pela linguagem e se relaciona a castração³. Existem duas formas de se inscrever na função fálica: estar totalmente submetido à função fálica, o que implica ter a castração e o gozo fálico como destino, e estar não todo submetido à função fálica, tendo, neste último caso, acesso a um gozo suplementar.

Por intermédio da teorização da diferença sexual, Lacan (1985) parte do pressuposto de que os dois sexos não são complementares, não fazem um. Eles se relacionam com o terceiro termo, o falo. Nesse sentido, Cossi e Dunker (2017, p. 05) nos apresentam que nos seminários tardios de Lacan: “a diferença sexual nunca pode ser propriamente simbolizada ou traduzida em uma norma simbólica que fixa a identidade sexual do sujeito”. A diferença sexual é compreendida como um conceito limite, no qual as relações entre biológico e cultural são colocadas e recolocadas, mas que não podem ser respondidas, neste sentido é que Butler (2004, p.185 apud

¹ Daquilo que é impossível de simbolizar.

² O gozo fálico se insere na categoria do universal, ele é linguageiro, não sexual.

³ Processo que inaugura o sujeito no inconsciente e na cadeia significante, como um ser de linguagem, e portanto, de falta.

COSSI; DUNKER, 2017, p. 08) fundamenta gênero como: “[...] aquela parte da diferença sexual que aparece como o social (gênero seria assim o extremo do social da diferença sexual), referente às visões construídas socialmente sobre a masculinidade e a feminilidade”.

Assim, fazemos uso da terminologia mulher não como um núcleo identitário, seja ele embasado em pressupostos biológicos ou culturais, mas demonstramos a partir da noção lacaniana de semblante, e do constructo butleriano sobre performatividade⁴, que não existe uma substância “gênero”.

Como sugere Pedro Ambra (2017, p. 48), podemos definir gênero como “uma resposta ao desejo do Outro”. Por Outro, com “O” maiúsculo, nos referimos ao Outro do simbólico, da linguagem, do inconsciente. Já o pequeno outro é o semelhante, o imaginário. O Outro do discurso do inconsciente sempre está presente na relação do sujeito com o outro, seu semelhante (QUINET, 2012). É diante do real do sexo, do impossível, que o sujeito se posiciona respondendo ao Outro, e o faz tomando como base referenciais presentes na cultura.

Nesse ponto, é que os artefatos da cultura material podem ser acionados para demarcar posições identitárias. Determinados objetos são significados como pertencentes a um ou outro gênero, de modo que, quando utilizados, operam como signos que passam a representá-los.

Embora estejamos cientes de que os processos identificatórios são extremamente complexos e influenciados por uma conjuntura sócio-histórica, aqui vamos focar exclusivamente no gênero e nas vestimentas. Entendemos que os artefatos da cultura material são investidos de significados sociais heteronormativos⁵, portanto reforçam divisões de corpos em masculino e feminino conforme a norma heterossexual. Uma das materialidades que está constantemente presente na sociedade ocidental são as roupas, que nos vestem desde o nascimento e corroboram para as distinções de gênero.

Destarte, partindo de nosso objetivo geral de pesquisa: analisar a partir da narrativa de oito mulheres nascidas em diferentes décadas e residentes em Santa Catarina, a atuação do vestuário nas demarcações da posição identitária mulher,

⁴ “performatividade deve ser entendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas como uma prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia.” (BUTLER, 2019, p.21).

⁵ Conceito referido por Butler (2003) que diz respeito a um sistema de coerência dentro do qual os sentidos são articulados de modo a regular o gênero como uma relação binária restrita a masculino e feminino conforme o desejo heterossexual.

assim como sua relação com os debates sobre cultura material e patrimônio cultural; estabelecemos como objetivos específicos: problematizar os engendramentos entre objetos e sujeitos; analisar componentes do vestuário acionados para demarcar a posição identitária mulher; analisar as regulações presentes no vestuário da mulher a partir de uma leitura intergeracional.

Trata-se de uma pesquisa da área do Patrimônio Cultural de problemática interdisciplinar, iniciada em 2020 e finalizada em 2022. Acerca da classificação metodológica, a pesquisa se constitui como qualitativa, pois visa analisar dados que não podem ser mensurados numericamente (GIL, 2010; MORESI, 2003). Sua finalidade é básica, uma vez que procura gerar conhecimentos novos para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista (GIL, 2010). Do ponto de vista de seus objetivos referem-se a uma pesquisa exploratória descritiva, porque tem como propósito fornecer maior familiaridade com o problema pesquisado e busca estabelecer relação entre variáveis (GIL, 1991 apud SILVA; MENEZES, 2005), neste caso as roupas e a identidade mulher.

As entrevistas foram realizadas por meio da metodologia da História Oral (ALBERTI, 2004; PORTELLI, 1997). O tipo de amostragem é não-probabilística, a seleção das participantes se deu pelo método de conveniência no qual as integrantes são selecionadas por estarem acessíveis e disponíveis à pesquisadora (MAYER, 2016; MORESI, 2003.) Ou seja, a partir da minha rede de contatos pessoais elas foram convidadas a contribuir para a pesquisa, algumas delas eu já conhecia, outras foram indicadas para o estudo e aceitaram o convite. Deste modo, participaram: mulheres selecionadas pelo método de convivência; residentes em Santa Catarina; das quais uma nascida em cada década desde o ano 1920 até 2000. A faixa etária das participantes foi estipulada com o intuito de trazer contribuições e a percepção de diferentes gerações de modo a permitir comparações entre os discursos das mais jovens e das mais velhas com relação à vestimenta. Oito mulheres foram entrevistadas ao total, com idades de 24, 34, 49, 58, 69, 75, 84 e 92 anos, nascidas em distintos lugares, advindas de classes sociais variadas, sete delas cisgênero e uma transgênero.⁶

⁶ Destacamos que para a realização do estudo foram respeitados os preceitos da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde que dispõe de diretrizes e normas de pesquisas que envolvem seres humanos, as quais “devem atender aos fundamentos éticos e científicos pertinentes”. Desse modo, a pesquisa que deu origem a esta dissertação foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Univille mediante o parecer consubstanciado e aprovado nº 4.557.758.

Ao tratar da temática da cultura material, nos posicionamos como avessas às dicotomias entre cultura material/imaterial e entre patrimônio material e imaterial, já que a inter-relação entre ambas as dimensões é intrínseca, haja vista que os patrimônios materiais estão diretamente relacionados às narrativas construídas em torno de tais bens. Cientes de que toda materialidade remete a uma imaterialidade e vice e versa, nesta dissertação buscamos refletir acerca das questões imateriais expressas a partir das narrativas das participantes do estudo. É por meio delas que captamos nuances de processos identificatórios de gênero junto às vestimentas.

Gonçalves (2007), elucida que muitos dos objetos que atravessam nosso cotidiano podem ser entendidos como patrimônio, uma vez que produzem ressonância junto à população brasileira, influenciando suas identidades. Eles atuam como instrumentos na constituição das subjetividades coletivas e individuais pois é por seu entremeio que as pessoas narram suas memórias. Em seu livro *“Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios”* o autor tece uma argumentação sobre o patrimônio enquanto uma categoria de pensamento. Embora vários estudos apontem que a edificação de patrimônio se dá com a formação dos Estados nacionais, a categoria não é uma criação moderna, ela vem de muito antes, mas foi na modernidade ocidental que adquiriu seus contornos semânticos. Assim, “patrimônio” é colocado por ele como um conceito relevante para pensar a vida mental e social de qualquer comunidade. Conforme fundamenta Gonçalves (2007, p. 155):

Os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de “patrimônio”, uma metáfora que sugere sempre unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade e à memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público.

Observem que nesta linha de pensamento a própria expressão “patrimônio cultural”, a depender de como é acionada, produz diferentes efeitos. Tomando como partida que os processos de patrimonialização são permeados por jogos de poder e disputas identitárias, as formas de discurso que atravessam o cotidiano das pessoas dificilmente atravessam as fronteiras do patrimônio oficial. Outrossim, como Gonçalves apresenta, o patrimônio se relaciona à ideia de continuidade, ou seja, ele

emerge a partir de uma memória passada de geração em geração que atravessa subjetividades e a identidade de determinado grupo ou indivíduo, e aqui acrescentamos que essa memória é transmitida por intermédio da linguagem.

Como caminho percorrido para elaborar a noção de um patrimônio comum, que abrangesse, para além dos grandes monumentos baseados na excepcionalidade, identidades, que até então não tinham espaço para representação nas políticas patrimoniais, o conceito que anteriormente abarcava apenas o patrimônio material foi expandido e passou a compreender bens de dimensão imaterial. Os patrimônios imateriais se configuram segundo a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em seu artigo 2º como:

[...] as práticas, as representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, artefactos e espaços culturais que lhes são associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. (UNESCO, 2003, p.03).

O “patrimônio cultural imaterial” tal como é definido no parágrafo I supra, manifesta-se nomeadamente nos seguintes domínios:

- (a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do patrimônio cultural imaterial;
- (b) artes do espectáculo;
- (c) práticas sociais, rituais e actos festivos;
- (d) conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo;
- (e) técnicas artesanais tradicionais. (UNESCO, 2003, p.04).

De acordo com o que a convenção nos apresenta, o patrimônio imaterial se caracteriza como uma dimensão intangível que produz reverberações junto à população, uma vez que ele é transmitido de geração em geração e adquire sentidos no interior de determinadas conjunturas políticas, corroborando para o sentimento de identidade e continuidade de uma comunidade. Trata-se de um conceito amplo que pode abarcar expressões de diferentes grupos sociais, e porque não as expressões daquilo que há de comum, de mais banal? E que por este motivo mesmo – pelo fato de ser comum, produz grandes ressonâncias em nós enquanto coletividade.

Posto que em nossa pesquisa trabalhamos com a linguagem expressa a partir de narrativas, recorreremos às problematizações desenvolvidas pelo Grupo de

Pesquisa Subjetividades e (auto)biografias da Univille, que fundamentam as confluências entre o patrimônio comum da humanidade e a vida, expressas através das suas narrativas. É por meio da nossa inserção na linguagem que nos constituímos como sujeitos em uma cultura. Neste sentido, o sociólogo Paul Thompson (2006, apud VENERA; ALBUQUERQUE, 2019) advoga que as narrativas de si e a experiência de escuta são patrimônios da humanidade, pois é por intermédio delas que nos constituímos humanos. Neste sentido, a História Oral, metodologia que utilizamos em nosso estudo, encontra-se com o campo do Patrimônio Cultural. Ela emerge com o intuito de, a partir de testemunhos de sujeitos, traduzir visões particulares de processos coletivos nos permitindo compreender aquilo de comum que nos atravessa enquanto coletividade. Venera e Albuquerque (2019, p.100) elucidam que:

Uma narrativa de vida carrega seus traços de singularidade. Todavia, carrega também a experiência da existência humana e como argumentado [...], o que existe de mais humano – o esquecimento de sua própria precariedade e a potência linguística de simbolizar e criar os mais diversos meios de expressões.

O que os autores apresentam pode ser relacionado aos postulados de Lacan (2005), que tratam da inserção do sujeito na linguagem dada a partir da castração, responsável por instaurar essa precariedade constitutiva a que Venera e Albuquerque se referem. É com perda de acesso a um gozo original que a possibilidade da linguagem se manifesta⁷, e é por intermédio dela que nos constituímos humanos e edificamos nossas identidades.

Este estudo se justifica à medida que possibilita ampliar debates sobre gênero e da relação entre objetos – especificamente as vestimentas, e sujeitos, em sua relação com o patrimônio cultural. Além disso, uma vez que tivemos participantes de diferentes idades, nos propusemos a fazer uma leitura do nosso objeto de estudo considerando fatores intergeracionais. Assim, por intermédio de entrevistas, analisadas a partir da metodologia de Análise de Discurso, buscamos acessar através de narrativas individuais, processos coletivos relacionados às identificações de gênero a partir de componentes do vestuário.

⁷ Para a psicanálise a linguagem só surge em situações de insatisfação.

Cabe destacar ainda, que embora consideremos a singularidade de cada uma das entrevistadas, as quais advêm de distintos lugares e que em razão de suas idades e vivências particulares trazem características únicas em suas narrativas, nesta dissertação, centramos nossas análises em aspectos comuns que observamos atravessar os discursos de todas elas.

Nesta dissertação as identidades das integrantes do estudo foram preservadas a partir da utilização de nomes fictícios, seus discursos aparecerão no texto acompanhados do nome e respectiva idade. A tabela a seguir apresenta a década de nascimento de cada uma das participantes.

Tabela 1 - Caracterização das participantes do estudo

Nome fictício	Idade	Década de nascimento
Ana	92	1920
Gabriele	84	1930
Helena	75	1940
Maria	69	1950
Elise	58	1960
Julia	49	1970
Alice (mulher trans)	34	1980
Laura	24	1990

Fonte: Elaborada com base nas informações coletadas no estudo.

Na sequência, será exposta uma breve caracterização de cada integrante da pesquisa, com base em informações obtidas durante as entrevistas. As descrições são mais ou menos detalhadas em razão do que cada mulher falou sobre si.

Ana (92 anos): nasceu no Rio Grande do Sul, onde residiu até 2021, quando veio morar em Santa Catarina. Começou a trabalhar aos 13 anos, costurando, posteriormente, fez concurso para um banco onde trabalhou até se casar, aos 27 anos. Após o matrimônio, seu labor passou a ser o da vida doméstica e o cuidado com os filhos.

Gabriele (84 anos): nasceu em uma cidade do interior de Santa Catarina, casou-se aos 17 anos, teve quatro filhas e um filho que faleceu. Durante sua trajetória de vida, trabalhou em casa, com afazeres domésticos e cuidados dos filhos, além disso, teve o que chamou carinhosamente de uma loja de modinhas. Viajava para São Paulo, Gramado e Rio Grande do Sul para buscar roupas para sua loja.

Helena (75 anos): Nasceu em um sítio no interior de Santa Catarina, veio de uma família grande, possuía 06 irmãs e 06 irmãos. Trabalhou desde muito pequena, era a segunda mais velha dos filhos, cuidava dos irmãos menores e da cozinha enquanto os pais iam para a roça. Quando tinha 13 anos de idade, seu pai decidiu que iriam se mudar para uma cidade maior, foi quando começou a trabalhar de faxineira para ajudar nas despesas domésticas. Casou-se aos 24 anos, foi a mais velha a se casar dentre as irmãs, embora “não estivesse muito a fim”, tal como verbalizou, sentiu-se pressionada pelo pai, que tinha um comportamento rígido e lhe impunha muitas restrições. Após a união e a chegada de seus dois filhos, assumiu o trabalho doméstico e se dedicou à casa e à família. Helena foi casada por 30 anos, seu marido faleceu há aproximadamente 23 anos.

Maria (69 anos): nasceu em uma cidade no interior de Santa Catarina, após se aposentar, mudou-se para o litoral catarinense. Vem de uma família com 4 irmãs e um irmão. Trabalhou como alfabetizadora em uma escola particular de uma empresa, casou-se aos 19 anos e teve uma filha.

Elise (58 anos): nasceu em uma cidade do interior do Paraná. Foi a caçula de doze irmãos. Começou a trabalhar aos 18 anos em um posto de saúde e aos 20 mudou-se para uma cidade um pouco maior. Conta que essa foi uma época complicada, teve dificuldade para encontrar trabalho, estava grávida e era mãe solteira, o que era motivo para julgamentos nesse período. Casou-se aos 24 anos, fez magistério e logo que começou a estudar iniciou o trabalho como professora. Atualmente faz cinco anos que é aposentada. Tem um companheiro e dois filhos, um de 38 anos e o outro de 24 anos.

Júlia (49 anos): nasceu no interior de Santa Catarina, quando tinha 3 anos de idade a família se mudou para uma cidade um pouco maior, pois o pai não queria que suas

filhas (eram quatro meninas) trabalhassem na lavoura. Quando terminou o ensino médio não teve oportunidade de continuar os estudos, então começou a trabalhar. Depois disso, casou-se e teve dois filhos, separou-se do primeiro marido e hoje está no segundo casamento. Considera que teve filhos nova. Assim que teve condições, fez um curso de graduação à distância e uma especialização em planejamento e gestão de trânsito, sendo esta a área na qual atua até hoje. No intervalo entre o primeiro e o segundo casamento graduou-se em Psicologia.

Alice (34 anos): nascida em Santa Catarina é mulher trans e militante LGBTQIAP+. É a mais nova de cinco irmãos. Atualmente está cursando Serviço Social e Saúde Pública. Começou a trabalhar aos 15 anos em um estágio e nos dias de hoje é bolsista na universidade onde estuda, na qual faz monitoria e pesquisas.

Laura (24 anos): nasceu em Santa Catarina. Tem quatro irmãos e atualmente trabalha como psicóloga clínica.

Tomando como base as definições mais comuns sobre os tipos de entrevistas abarcadas pela História Oral, as temáticas e de Histórias de Vida, as perguntas direcionadas às mulheres focaram no tema das roupas ao mesmo tempo que abrangeram nuances acerca do percurso de vida das entrevistadas. Foi utilizado um roteiro semiestruturado (APÊNDICE A) composto por questões que envolveram a relação delas com a vestimenta desde a infância até a idade adulta, percorrendo uma linearidade.

A pesquisa foi realizada durante o período de pandemia COVID 19, no ano de 2021. Assim, a coleta das narrativas ocorreu por meio da plataforma google *meet*, que possibilita a gravação de áudio e vídeo.

Referente às interações realizadas por aparelhos digitais, tomamos os postulados de Marschall McLuhan (1969), que fundamenta que os meios comunicacionais podem ser entendidos como extensões do corpo humano. Nesta perspectiva, plataformas digitais de áudio e vídeo síncronas mediaram a comunicação entre os interlocutores, possibilitando um encontro virtual. Como apresentam Santhiago e Magalhães (2020), ao utilizar recursos tecnológicos disponíveis, a entrevista por vídeo ativa diversos sentidos dos interlocutores,

aumentando a interação e exigindo maior esforço cognitivo por parte deles. Nesses ambientes, os corpos são reconfigurados de forma digital.

Por se tratar de uma prática recente, as entrevistas realizadas de maneira remota demandam uma série de cuidados e reflexões. Santhiago e Magalhães (2020, p.15) advertem que é preciso considerar como as condições de sua produção interferem nos resultados dos relatos, assim, elucidamos aqui, o percurso trilhado até sua obtenção.

As entrevistas se deram de modo individual. As mulheres foram contatadas por mim com antecedência para combinar os dias e horários do encontro, já durante a comunicação inicial foi apresentada a proposta de pesquisa e informado um tempo aproximado de duração para que as participantes se organizassem. Antes de cada reunião expliquei que poderiam interromper a entrevista a qualquer momento caso sentissem algum desconforto, se quisessem também seria possível agendar para outra data a continuação. Levando em conta que cada mulher se expressa de maneira única, mesmo diante de um mesmo roteiro de perguntas semiestruturado, as entrevistas tiveram durações variadas, entre 28 minutos e duas horas. Procurei deixá-las à vontade para falar. Com algumas foi necessária a realização de dois encontros, uma vez que discorreram longamente sobre as perguntas, por outro lado, houve mulheres que deram respostas breves, o que demandou apenas um encontro.

Cada entrevista foi adaptada conforme a situação das participantes, com enfoque especial no que se refere às idosas. Durante as narrativas me ative ao tempo e tomei cuidado para não deixar a experiência cansativa. Acerca das mulheres mais velhas, de antemão foi solicitado algum familiar, para que ajudasse com os aparelhos eletrônicos caso elas não soubessem utilizá-los para ingressar na videoconferência. As idosas de 84 e de 92 anos realizaram o encontro acompanhadas das filhas, que auxiliaram no processo falando mais alto as coisas que eu perguntava e ajudando conforme necessário. Ainda que a presença e as intervenções de outra pessoa possam influenciar na construção da narrativa e inibir certas respostas, essa foi a configuração possível com essas participantes. As demais já possuíam alguma familiaridade com dispositivos eletrônicos. Em sua maioria, elas utilizaram aparelhos celulares para se conectar ao google *meet*.

No contato inicial expliquei que se elas autorizassem, as entrevistas seriam gravadas para fins de estudo e aquelas que quisessem poderiam doar as mesmas

para composição de um acervo de História Oral. Diante da gravação, quatro mulheres falaram que iriam se arrumar e até mesmo fazer uma maquiagem para o encontro. Tais falas já revelam as composições e performances de gênero, ademais, por ter se tratado de um momento de pandemia, no qual a maioria das participantes estava em isolamento social e não se produzia mais para sair, a entrevista se tornou uma ocasião para tal, inclusive, isso apareceu na narrativa de algumas delas, que ao falar das suas roupas preferidas e do que costumam vestir, verbalizaram que em razão do COVID-19 estavam utilizando pijamas em grande parte do tempo.

Dentre os desafios enfrentados no modelo online, houve uma entrevista em particular, na qual a conexão da internet estava ruim, de modo que precisei repetir as perguntas e pedir para que a participante falasse novamente. Outra situação que me chamou atenção foi quando uma das mulheres andou pela casa com o celular durante a sua fala, procurando se esquivar do barulho que havia no cômodo onde estava. Esses acontecimentos fazem indagar sobre a construção das narrativas e das memórias sob essas circunstâncias.

As gravações obtidas a partir de cada encontro foram transcritas na íntegra, procurei manter a forma como foram narradas. Elas apresentam cortes, vícios de linguagem, repetições e lapsos. Sabemos que uma transcrição não dá conta de abarcar a complexidade da linguagem. Quantos elementos fogem ao processo do registro escrito? As entonações de voz, as performances e gestos corporais que por vezes tentam comunicar aquilo que é incomunicável. Os silêncios, os olhares, os risos, os espaços vazios, as pausas, as fragmentações, fazem parte de uma gama de informações que escapam a qualquer tentativa de descrição.

De meu lugar de pesquisadora conduzi a entrevista reconhecendo que essa posição já estabelecia uma diferença, pois era eu a indagar sobre elas. Procurei enfatizar que o que traziam era importante. Tive dificuldades em refazer as perguntas quando ocorreram mal-entendidos nas questões que levantei, pois não queria induzir determinadas respostas nem persuadir a dizer algo nos momentos em que responderam não saber. Fiz intervenções no sentido de estimular a fala e refiz as perguntas em outros termos apenas quando verbalizaram não ter entendido. Apesar dos cuidados para não suggestionar as respostas, em nenhum momento pretendi desenvolver um papel passivo, pois minha própria presença no outro lado da tela de um computador ou celular já endereçava uma narrativa e influenciava o que poderia ou não ser dito conforme o encontro se configurava. O fato de eu ser

uma mulher certamente interferiu nas escolhas do que falar e para quem falar, ouvi histórias que dificilmente as entrevistadas se sentiriam confortáveis para contar a um homem. Além disso, há de se considerar que estávamos realizando a um só tempo um processo de significação. Enquanto elas falavam eu assentia, ria junto e levantava questionamentos que convidaram a rememorar e trazer à tona lembranças que foram se configurando e se compondo na tessitura produzida a partir do nosso encontro. E tal como Orlandi (2007, p. 09) nos apresenta: “[...] não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e com o político.” Desse modo, me valendo dessa assertiva é que me lancei ao processo de Análise de Discurso, sem a pretensão de trazer um texto ou interpretação acabada.

De antemão avisamos o leitor que ao longo do texto haverá trechos em repetição, em razão do formato desta dissertação utilizar o modelo de artigos. O primeiro texto, *“Articulações entre roupas, gênero e memória”*, foi desenvolvido com o intuito de realizar uma aproximação teórica das temáticas que atravessam esta pesquisa. O artigo tem como objetivo problematizar os engendramentos entre objetos e sujeitos a partir de discussões da cultura material com enfoque nas vestimentas. O texto entrelaça debates sobre memória, roupas, identificações e gênero, tangidos pela linguagem das coisas. Num primeiro momento será apresentado o conceito de cultura material, base da qual desenvolvemos problematizações acerca das influências da materialidade em nossas práticas cotidianas. Apresentaremos as classificações que permeiam processos de identificação relacionados a objetos, especificamente das roupas, na reprodução dos significados de gênero. Em seguida, ilustraremos brevemente exemplos de apropriações culturais do vestuário. Por fim, teceremos articulações entre as roupas e a memória, abordando aspectos sobre o papel dos objetos no fazer lembrar. Para a discussão mobilizamos teóricos da cultura material que tratam das interações sujeitos e objetos como Eco et al (1982), Rede (1996), Lima (2011), Miller (2013), Barthes (2009), Stallybrass (2008), entre outros que propiciam, por meio de suas teorizações, a interpretação da linguagem simbólica, cultural e social das roupas.

Para o segundo artigo, intitulado *“Componentes do vestuário na demarcação de posições identitárias de gênero”*, nos debruçamos às narrativas das participantes do estudo com o objetivo de analisar componentes do vestuário acionados para

demarcar a posição identitária “mulher”. Como recorte estipulado, optamos por focar somente nos vestidos e saias, por aparecerem no discurso de todas as entrevistadas. A análise das narrativas ocorreu através da metodologia de Análise de Discurso (AD). Num primeiro momento discorremos sobre nosso dispositivo teórico analítico e a noção de sujeito, em seguida, propomos possíveis articulações teóricas entre diferença sexual e gênero, para então adentrar às análises das entrevistas. Como resultado, observamos que determinadas peças, cores e tecidos são atreladas à figura da mulher e, enquanto artefatos da cultura material, tornam-se tão engendradas às práticas sociais que são naturalizadas. Em razão disso, é que as roupas nos possibilitam captar nuances do contexto cultural no qual são usadas e significadas. E, como percebemos pelas narrativas das participantes deste estudo, é possível concluir que se trata de um contexto permeado por desigualdades de gênero, que se materializam e se repetem a partir dos códigos de vestimenta.

O último artigo, nomeado “*Mulheres e as regulações sociais do que (não) vestir*”, teve como objetivo analisar as regulações presentes no vestuário da mulher a partir de uma leitura intergeracional. Para tanto, recorremos às narrativas das participantes, as quais analisamos utilizando dos preceitos da Análise de Discurso. Optamos por focar nossa análise nas instituições que materializam e reproduzem uma ideologia sexista, a qual atravessa gerações à medida em que se atualiza em nossa memória discursiva e reverbera em normatizações envolvendo as roupas das mulheres. Nesse sentido, a partir dos postulados de Althusser (2019) aplicados ao campo discursivo, chegamos à compreensão de que os Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1996) desempenham a função de assegurar a reprodução dessa base ideológica, embora também haja possibilidade para deslocamentos nessas mesmas instituições. Com efeito, as regulações presentes no vestuário da mulher se mostraram demasiado complexas e imbricadas, dentre suas relações estão a vigilância dos corpos, o controle da sexualidade e uma cultura do estupro na qual elas vivem em constante insegurança. Todos esses elementos se engendram a processos identificatórios de gênero relacionados ao vestir.

2 ARTICULAÇÕES ENTRE ROUPAS, GÊNERO E MEMÓRIA⁸

Resumo: Este artigo tem como objetivo problematizar os engendramentos entre objetos e sujeitos a partir de discussões da cultura material com enfoque nas vestimentas. O texto entrelaça debates sobre memória, roupas, identificações e gênero, tangidos pela linguagem das coisas. Num primeiro momento é apresentado o conceito de cultura material, base da qual desenvolvemos problematizações acerca das influências da materialidade em nossas práticas cotidianas. Apresentamos as classificações que permeiam processos de identificação relacionados a objetos, especificamente das roupas, na reprodução dos significados de gênero. Em seguida, alguns exemplos de apropriações culturais do vestuário são apresentados. Por fim, tecemos articulações entre as roupas e a memória, abordando aspectos sobre o papel dos objetos no fazer lembrar. Para a discussão mobilizamos teóricos da cultura material que tratam das interações sujeitos e objetos como Eco et al (1982), Rede (1996), Lima (2011), Miller (2013), Barthes (2009), Stallybrass (2008), entre outros que propiciam, por meio de suas teorizações, a interpretação da linguagem simbólica, cultural e social das roupas.

2.1 Entrecruzamento entre culturas: material e imaterial

Conforme fundamenta Rede (1996), a expressão “cultura material” é polissêmica, pois adquire significados diferentes a depender da visão e corrente de pensamento na qual é acionada. Ademais, ela pode gerar espaço para ambiguidades, já que deixa implícita a oposição à uma pretensa cultura imaterial. Uma vez que os objetos são produtos sociais, o autor aponta para os deslizamentos metodológicos que podem ser cometidos ao trabalhar na interpretação da materialidade. Um dos equívocos conceituais a que ele se refere é a separação entre as coisas materiais e o fenômeno social, que se evidencia pela colocação das coisas como mero produto do social, ou, pela fetichização dos objetos, em teorizações que concedem aos artefatos um caráter imanente, descolado dos sentidos atribuídos socialmente a ele. Neste sentido é que percebemos os

⁸ Artigo publicado na Revista Confluências Culturais acrescido de novas discussões e modificações. CAIKOSKI, J. B. et al. A linguagem dos objetos e das vestimentas: leituras (im)possíveis. **Revista Confluências Culturais**, v. 10, n. 1, p. 46–54, 30 mar. 2021.

entrecruzamentos entre ambas as dimensões: material e imaterial e pontuamos as contradições da dicotomia que as separam. De acordo com Rede (1996, p. 273):

[...] não se poderia falar dos aspectos materiais da cultura (ou da cultura material) sem falar simultaneamente da imaterialidade que lhes confere existência (sistemas classificatórios; organização simbólica; relações sociais; conflitos de interesse, etc.).

Ou seja, a cultura material e a imaterial estão intimamente engendradas. A cultura imaterial não pode ser separada da materialidade sem que adquira uma condição fantasmática, primeiramente, porque existimos no mundo enquanto um corpo material, e para além disso, o habitamos em interação com diversos artefatos que são constitutivos de nossa socialização.

Recorremos às fundamentações de Miller (2013), que argumenta não ser possível pensar uma separação entre humanos e coisas. O que temos, de acordo com ele, é um processo dinâmico em que fazemos objetos e estando estes últimos integrados às nossas práticas cotidianas, eles passam a nos influenciar. O autor explica que as coisas materiais se configuram enquanto um cenário, de tão presentes que estão em nosso dia a dia, são familiarizadas e naturalizadas, e assim, deixamos de reparar nelas. Logo, o material nos ensina de modo constante e perene como agir de forma apropriada em sociedade, já que na interação com os artefatos o sujeito acessa as normas culturais a eles atreladas. Assim, percebemos que não é só pela nossa relação com as pessoas e a sociedade que acessamos determinados códigos sociais, mas também por nosso convívio cotidiano com o que nos cerca. Em concordância com Leitão e Machado (2010, p. 232) “[...] os objetos nos rodeiam. É em interação com eles, no cotidiano, que construímos nossa existência no mundo”.

O universo material com sua gama de artefatos, existe como algo fundamental para a nossa vida. Olsen (2003), nos explica que as coisas com as quais coabitamos possuem uma dimensão real que influi na nossa percepção e interação com o social. Deste modo, compreendemos que, conforme acessamos os objetos ao nosso redor, eles nos fornecem informações que são captadas por nossa percepção. Essas informações atreladas a processos de socialização no interior de uma cultura na qual nos constituímos enquanto sujeitos, passam por classificações, são nomeadas e adquirem um significado em nossa mente.

Outrossim, Viana e Queiroz (2017) afirmam que as realizações humanas sempre estiveram entremeadas pelas coisas. O que nos leva a pensar nos complexos sistemas de produção e relação com o material que estabelecemos hoje em dia. A exemplificar os computadores, as redes de comunicação e mesmo os utensílios domésticos mais simples de nosso uso cotidiano. É impossível conceber nossa existência desvinculada deles. Seguindo essa linha de pensamento, que advoga a impossibilidade da separação da cultura material e imaterial, que os teóricos chamados pós-processualistas rompem com as vertentes de estudos da cultura material empiristas, positivistas e funcionalistas. De acordo com Lima (2011), estes pensadores passam a focar não na oposição entre as categorias material e imaterial, mas na relação entre elas. Assim, sujeito e objeto se complementam como partes um do outro. Hodder (1995 apud LIMA, 2011), advindo desta vertente teórica, apresenta que o material pode ser equiparado a um texto, no qual as coisas são tidas como símbolos ativos. Os seus significados são adquiridos em sua produção, uso e percepção, de modo que sua leitura é subjetiva e varia conforme o contexto histórico e cultural em que acontece. Por leitura subjetiva, temos que nossa constituição de sujeitos atravessa nosso olhar sobre o material, ou seja, ao nos depararmos com objetos do passado, os interpretamos com nosso olhar do presente; ao acessar artefatos de populações tradicionais, os referenciamos de acordo com nossa percepção ocidental.

Os objetos da cultura material não têm um significado estanque, eles estão abertos a diferentes interpretações e podem assumir distintos significados. Em nosso uso mais cotidiano dos artefatos os estamos significando. Embora eles sofram ressignificações, não se trata de um processo tão aberto e fluido, pois a leitura dos objetos se dá no interior de um contexto cultural específico, e é nele que os significados adquirem contorno, justamente por isso é que o material é capaz de atuar na discursividade. Em conformidade com Lima (2011, p.19). “Por meio de discursos materiais, as pessoas falam silenciosamente sobre si mesmas, sobre sua visão de mundo, sobre o que não pode ou não deve ser dito verbalmente”.

Tilley (2008, apud LIMA, 2011) apresenta que o material não é um mero reflexo das diferenças sociais, dos sistemas simbólicos e ideias, mas sim o meio pelo qual tais valores são a todo tempo legitimados, reproduzidos e transformados. E aqui podemos pensar que é por sua capacidade de ser acionado para discursar silenciosamente que o material pode corroborar para a legitimação de determinados

valores ou crenças. No que se refere ao gênero, diferentes culturas reforçam certos traços de personalidade que são considerados como desejáveis a depender da conjuntura social. As transmissões de significados sociais correspondentes às convenções de gênero podem ser observadas dentro dos núcleos institucionais de socialização. A respeito da cultura material, temos como exemplo os brinquedos infantis, que ao serem separados em de meninos e de meninas conforme estereótipos, informam o tempo todo às meninas que as atividades direcionadas a elas concernem às tarefas domésticas e cuidado com os filhos.

No que tange a ocupação do espaço doméstico relacionado à cultura material, podemos observar que as mulheres gozam de menos tempo para o lazer e são engajadas desde cedo em tarefas domésticas. Não é necessária uma pesquisa sistematizada para afirmar o hábito comum entre as famílias durante, por exemplo, os almoços familiares. Evidentemente que não se trata de uma regra, mas em geral, são as mulheres a preparar a refeição, posterior a isso, são também elas que assumem a responsabilidade pelos cuidados com a louça. É só recentemente que isso vem se desconstruindo, a passos lentos diga-se de passagem. Um exemplo contundente de como as coisas materiais evocam significados de gênero que legitimam a (não) divisão do trabalho doméstico e a naturalização da mulher como responsável pelo cuidado, é que em eventos associados a datas comemorativas, tais como aniversários ou dia das mães, as mulheres costumam receber utensílios domésticos como presente, utensílios de uso comum a todos os integrantes de uma residência. Observem que em propagandas de Dia das Mães é frequente que os produtos ofertados sejam eletrodomésticos e objetos para o uso familiar, reafirmando uma construção ideológica disseminada pelo mercado.

2.2 Processos identificatórios e cultura material: as roupas como marcadores de gênero

É através de processos identificatórios extremamente complexos que assumimos uma posição de gênero. Assim, para versar acerca do gênero, tomemos primeiro a discussão em torno da identidade. Hall (2000) fundamenta que a

identidade envolve a marcação de fronteiras através do discurso. Uma identidade para se afirmar requer o que é deixado de fora, o exterior que a constitui. Desse modo, a identidade não anula a diferença, justamente ao contrário. Para demarcar uma interioridade e delimitar uma identidade é preciso evocar fronteiras simbólicas que estão relacionadas a sua exterioridade, isto é, a identidade é constituída a partir de marcações, que delineiam uma espécie de interioridade e exterioridade, ou dizendo de outra forma, a identidade se faz pela alteridade. Em continuidade, Silva (2000) nos apresenta que identidade e diferença se encontram em estreitas relações de poder, pois como observamos: para definir a identidade “o que somos” é necessário marcar a diferença “o que não somos”. Nisso, são estabelecidas fronteiras entre “nós” e “eles”. Dividir o mundo dessa forma significa classificar e hierarquizar. Aqueles que têm o poder de classificar, também têm o poder de atribuir valores diferentes aos grupos classificados. Como resultado desse processo, algumas identidades são colocadas como a norma e recebem um valor positivo em detrimento de outras. Daí, podemos pensar a questão da interseccionalidade que perpassa as identidades, pois as classificações instituídas relegam alguns sujeitos à subalternidade, de modo que eles são direcionados cada vez mais para as margens. Como fundamenta Butler (2003, p. 21):

[...] o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de gênero das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.

Ou seja, não há uma essência do que seja uma identidade de gênero, pois sua constituição depende de um contexto histórico e cultural, e para isso a antropologia nos alerta: ser uma mulher ocidental é diferente de ser uma mulher oriental, ameríndia, africana etc. Woodward (2000) nos explica que as classificações identitárias se dão através de certo consenso. “Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por ‘cultura’.” (WOODWARD, 2000, p.41). A autora expõe que as convenções sociais são criadas pela concordância de várias pessoas acerca da mesma temática. As posições binárias, a divisão de mundo nós/eles, homem/mulher, mantém uma espécie de ordem social, na qual

aqueles que cumprem com o convencionalizado estão dentro da norma e são vistos como parte da sociedade, já aqueles que transgridem a ordem sofrem exclusões. A partir disso, podemos pensar nos processos de marginalização que incorrem em determinadas formas de existência que não se enquadram nas identidades normativas.

Acerca das classificações identitárias assimétricas, Apfelbaum (2009) apregoa que elas são fonte e efeito da dominação. Aquele que ocupa a posição dominante é inserido no lugar do universal enquanto o dominado adquire a condição de particular. Por conseguinte, fazer crer que a posição do dominado é uma posição particular mantém a legitimidade do dominante. Assim, as marcas identitárias delineiam dinâmicas de poder, pois quanto mais longe da norma, mais marcações são incutidas na identidade.

A discussão acerca da identidade foi incrementada com a noção de inconsciente instaurada pela psicanálise, em decorrência as concepções racionalistas de sujeito foram tensionadas, juntamente às ideias que defendiam um essencialismo da identidade. Lacan (2003) explica que a ficção de unidade, a possibilidade de uma imagem de si integrada, inicia na criança com o estágio do espelho. O bebê, que a princípio não reconhece sua própria imagem, se imagina ou se vê refletido no espelho do olhar do outro/Outro⁹. Essa formação de um eu a partir do Outro inicia o infante no universo simbólico. É necessário alguém que invista libido e desejo no sujeito para constituí-lo. Ou seja, através de um cuidador que lhe empresta significados a criança é inserida na linguagem, na cultura. Esse é o estágio que funda o eu, que dá início ao complexo de Édipo. Em Lacan temos que a identificação sexual instaurada pela tríade edípica não se relaciona aos órgãos anatômicos, mas sim ao falo como um significante, que promove a dialetização do desejo.

Butler (2003), fundamenta que a coerência de “homem” e “mulher” exige uma heterossexualidade estável, ela introduz na discussão da temática a questão da heteronormatividade, que indicia a naturalização e normatização de uma heterossexualidade compulsória ou, em outra denominação, matriz de inteligibilidade heteronormativa. Um sistema de coerência dentro do qual os sentidos são

⁹ O grande Outro com “O” maiúsculo é o Outro do simbólico, da linguagem, do inconsciente. Já o pequeno outro é o semelhante, o imaginário. O Outro do discurso do inconsciente sempre está presente na relação do sujeito com o outro, seu semelhante (QUINET, 2012).

articulados de modo a regular o gênero como uma relação binária restrita a masculino e feminino conforme o desejo heterossexual.

Acreditamos que a cultura material possa ser compreendida como um dos elementos que serve à produção de corpos ajustados à matriz heteronormativa, uma vez que produtos, objetos e coisas, são criados, classificados e interpretados de acordo com o discurso social. Para Santos (2018, p. 6), os artefatos e demais objetos “[...] muitas vezes, prestam-se como recursos para a citação de normas de gênero, atuando na produção de corpos ajustados às noções de ‘homem-masculino’ e ‘mulher-feminina’”. Observamos que o material, uma vez vinculado aos significados heteronormativos, passa a ser acionado em suas repetições e corrobora para suas reificações. Além disso, percebemos que ele tem a capacidade de operar demarcações identitárias. No que tange ao gênero e a vestimenta, à medida que as pessoas usam determinadas roupas que são tidas como signo de um gênero, elas reforçam suas posições identitárias e passam a dirigir uma mensagem de como gostariam de ser lidas socialmente.

As coisas estão diretamente engendradas às significações, e as significações, por sua vez, estão atreladas à lei, à linguagem. Aqui nos referimos não somente a uma linguagem verbal, mas também das coisas materiais que adquirem significados subjetivos em seu agenciamento ao discurso, à estrutura social, e que, portanto, respondem à essa lei. Conforme coloca Starnino (2016, p.231) por uma incompletude que nos é originária, somos cativados pelo jogo das identificações. Dessarte nas relações institucionais o sujeito molda o próprio desejo e se engaja em determinadas identidades e grupos sociais. Ocorre, segundo Lacan, uma relação primordial de alienação a um Outro que destina sua identidade: alienação à cadeia significante, ao Outro, ao desejo do Outro (LACAN, 2003). Os afetos, o desejo de ser o desejo do Outro, pode vir a corroborar para identificações heteronormativas, visto que há uma hegemonia posta no discurso social, dos significados atrelados ao universo material, no interior dos quais o sujeito vai se constituir. As coisas, assim como as palavras, influem nas subjetividades, e nos dizem sobre as trocas simbólicas, agenciamentos e posições tomadas pelos sujeitos no mundo.

Com relação às vestimentas, podemos perceber expressões da divisão e classificação dos gêneros materializada nas roupas, dentre elas é possível destacar os consensos envolvendo certas cores como o rosa e o azul. Outrossim, determinadas peças de vestuário, como por exemplo as saias, costumam estar

atreladas às mulheres, de modo que se tornam signos de seu gênero. Embora os significados imbuídos ao material sejam adquiridos em determinado contexto social, a sociedade é dinâmica e nossa ressignificação sobre as coisas é uma constante, nisso temos que os significados podem ser deslocados e os signos de gênero subvertidos, como podemos observar na apropriação de saias pelos homens, e no borramento dos marcadores de gênero provocado pela moda queer e unissex.

Eco *et al.* (1982) versam que a linguagem das roupas além de proporcionar a transmissão de significados, também serve à identificação de posições ideológicas que são dadas dentro de um código de vestuário específico. Ou seja, o material diz sobre as formas significativas que foram escolhidas para transmitir determinados significados. Ademais, como já vimos, há uma flutuação nos códigos de vestuário associados ao tempo e espaço que transpassam a nossa vestimenta, visto que o social está sempre se modificando. Por isso, “[...] o analista do vestuário que queira introduzir as opções ideológicas ou psicológicas dos comportamentos da maneira de vestir, deve estar pronto a tomar os códigos como enquanto se manifestem e imediatamente desfaçam” (ECO et al, 1982, p.20). O que os autores nos sugerem, é que uma mesma peça pode ter distintos significados a depender do contexto cultural, do período histórico e de quem a utiliza. Tomemos como exemplo a saia, ela usada pelas mulheres nos dias atuais alvitra uma coisa, usada por um homem em um contexto ocidental revela uma intenção de subversão dos estereótipos de gênero, utilizada por homens em determinados países nos quais é considerada uma roupa tradicional masculina, exibe uma manifestação cultural.

Em decorrência é possível constatar que o vestuário não tem apenas o sentido utilitário de abrigar o corpo, pois a ele são atribuídos significados que evidenciam comportamentos, atitudes e sentimentos. A pessoa se afirma no mundo através de seu corpo vestido. Como corrobora Debom (2019), os trajes compõem discursos que formam o visual e estabelecem uma mensagem para os outros. O ato de vestir expressa a relação entre cultura e corpo, uma vez que a vestimenta prepara o corpo para o social. De acordo com Entwistle (2002), o vestir demanda conhecimentos, habilidades e técnicas, já que normas e expectativas são exigidas do corpo pela cultura. Ou seja, há um código de vestuário específico concernente a cada contexto, e espera-se que as pessoas se adequem a ele.

Para explicar como se dá a constituição dos significados do vestuário, recorreremos a Lacan (1988), que ao utilizar o algoritmo de Saussure e os postulados

de Freud, inverte os termos da linguística saussuriana. Ele passa a privilegiar o significante em detrimento do significado (S/s). O significante (S) grafado em letra maiúscula, é marcado pelo sujeito e pelas condições de enunciação de modo que é subjetivo, portanto, passível a variadas significações. Já o significado (s), só pode ser atingido em raras ocasiões, ele está separado do significante por uma barra (/) que ilustra o recalçamento do significado. É da articulação do significante em cadeias que provêm o significado. O significante só adquire sentido em relação à uma combinação com outros significantes inter articulados pelo sujeito da enunciação em uma estrutura combinatória. Observem que para a articulação dos significantes é necessário um sujeito. Os significados se cristalizam a partir de um congelamento do significante, quando emerge a paixão por um sentido que refreia a metonímia da cadeia significante.

Desse modo, ainda que os signos sejam compartilhados socialmente produzindo certas colagens com a significação, uma leitura do vestuário será sempre subjetiva, já que acontece de acordo com as condições de enunciação através das experiências de fala. Como fundamenta Barthes (2009), uma imagem apresenta várias informações, o sentido que tiramos dela sempre depende de uma escolha do observador, pois não há no conjunto a hierarquização de nenhuma informação. Já a palavra imobiliza nossa percepção em determinadas coisas, fixa algumas possibilidades em detrimento de todas as outras.

No que tange ao sistema da moda, Zambrini (2016) expõe que desde sua criação, em especial no século XIX, ele contribui para a naturalização do corpo feminino como ornamentado e bonito, pois os trajes femininos são mais complexos em termos de decoração, tecido e bordados. Note-se que a preocupação com a beleza e a aparência é uma questão muito mais presente para as mulheres, e isso se evidencia nitidamente nas roupas. Acreditamos que esse fenômeno ocorre justamente porque há uma pressão social para que as mulheres se produzam para o olhar do outro. E aqui infiro: é como se o corpo das mulheres fossem o tempo todo um objeto a ser desejado. Naomi Wolf (1992), em seu famoso livro "*O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*", nos traz diversas provocações sobre essa temática. Ela explica que as mulheres, a partir do imperativo da beleza, despendem muito mais tempo, dinheiro e energia para parecerem belas, pois há uma pressão social que lhes influencia para tal. Além de ganhar menos, elas têm mais gastos com roupas, com maquiagem, com

procedimentos estéticos, com acessórios, o que corrobora ainda mais para a ampliação das desigualdades. Observem que todos esses elementos da cultura material estão engendrados aos processos identificatórios, e é neste sentido que eles são acionados nos enunciados sobre identidade como um meio de desempenhar e legitimar o poder do gênero.

Em relação às marcas de roupas e aos diferentes estilos, os fabricantes das peças além de visar despertar o desejo de compra, também procuram acionar nos sujeitos expectativas de pertencimento de mundo consonantes aos valores que a marca propaga (CARVALHAL, 2005, *apud* MÁXIMO; ALVES, 2017). O que reverbera em sentimentos de identificação no imaginário do público. Assim, nas formações identitárias, na captura do olhar do Outro, a Moda se insere e traz à tona o motivo pelo qual precisamos ser olhados, os processos de identificação pelos quais formamos nossa própria imagem. Como fundamenta Debom (2019, p.20). “[...] a Moda forja o sujeito através da construção de uma marca identitária que o relaciona com todos àqueles que o cercam”.

No tocante à indústria da Moda, se não fossem pelos mecanismos de produção de sentido atrelados aos processos identificatórios, as vestimentas estariam restritas ao seu uso funcional. Elas seriam compradas e produzidas no ritmo de seu desgaste e não haveria tantas peças e marcas diferentes. Barthes (2009), lança mão de revistas de moda para evidenciar como os discursos nelas presentes promovem naturalizações que instigam o desejo de compra. É posto diante do comprador um véu de sentidos, razões e imagens, em torno dos quais são elaborados sentidos indiretos, apetitosos ao gosto do consumidor, ou seja, é levantado um simulacro em torno do objeto real. Questões observáveis nas afirmações de que um vestido justo de determinada cor é sedutor, um corte assimétrico é moderno, uma combinação de cores é elegante. A necessidade de aparentar sedução, modernidade e elegância conduz ao consumo da novidade, já que a tendência da vez é vinculada à satisfação de tal desejo. Para explicar como essa vinculação acontece, tomemos um exemplo do próprio autor, no qual ele apresenta que na aprendizagem empírica de um sinal de trânsito, de um semáforo, sem a intervenção da língua, a apreensão se daria por meio das diferenças e não qualidades. No momento em que a linguagem discursiva entra na intermediação de um sistema semântico, quando um instrutor informa o sentido desses sinais visuais, há a vantagem de economia de uma tabela de funções. Em contrapartida, sempre que a língua atua nessa intermediação, ela

possibilita a naturalização desse primeiro sistema semântico e opera uma substantificação. Segundo ele, a língua “[...] ao isolar e distanciar o signo, possibilita “esquecer” a oposição virtual dos primeiros significantes” (BARTHES, 2009, p. 61). Além disso, uma fala nunca é neutra. No ato do enunciado em que o instrutor diz que o sinal verde indica permissão, ele também diz uma série de outras coisas, sobre seu humor, sobre a relação aprendiz instrutor, a posição que assume diante do aluno etc. Tomemos como exemplo uma fala ameaçadora por parte do instrutor, diante da situação hipotética o conteúdo do discurso e a intimidação estariam intrincados. Em outras palavras, é muito difícil dissociar dois sistemas, separar a mensagem ameaçadora do que está sendo dito. Ou, em termos da moda e consumo, separar o sentido de sedução, modernidade, elegância, do produto a ele vinculado.

Nesse ponto, entra o papel da publicidade, que é desenvolvida para vender melhor o que já se vende bem. A indústria antes de produzir vestimentas em larga escala, pesquisa as tendências de mercado, gosto dos compradores, investe na elaboração de catálogos, campanhas publicitárias, tudo isto para uma única coleção. Além da circulação pública, os filmes, as celebridades e revistas são destacados como principais responsáveis pelas influências da moda. Podemos dizer que a moda é a adesão de um modelo, que frequentemente é consonante a marcadores de grupos sociais. Em concordância com Eco et al (1982, p. 84):

Na base da moda, portanto, está um impulso ambivalente: o desejo individual de diferenciar-se e a procura de um adequamento às normas do grupo social a que se quer pertencer; o indivíduo procura respeitar as regras do grupo e não provocar uma reação negativa que pode fazer com que ele seja posto à margem.

Como o vestir se relaciona com a identificação, e a identificação ocorre a partir de uma demanda de aceitação, por vezes, as pessoas se vestem de determinadas maneiras para obter seu reconhecimento no grupo a qual pertencem. As características podem ser definidas por gênero, idade, trabalho, estilo musical, grau de instrução, posições ideológicas etc.

Pelo vestuário aspectos identitários são informados ao outro. Além disso, as roupas associadas ao jeito de ser do sujeito, não somente demonstram, mas também atuam na edificação da identidade. Ao escolher determinada vestimenta, o

indivíduo está, intencionalmente ou não, expressando aspectos de sua personalidade, expondo seus valores. Como fundamentam Máximo e Alves (2017, p.3). “A escolha da vestimenta não é tão simples como se imagina, por detrás dela, há um inconsciente, um significante e uma realidade que age perante a isso”. Ou seja, há uma série de fatores que interferem em nossas escolhas cotidianas das vestimentas.

Como foi possível observar, as materialidades desempenham um papel ativo, elas são acionadas tanto para marcar identidades e consolidar resistências, quanto para delimitar diferenças sociais e reforçar signos de dominação (LIMA, 2011). Tratando-se de vestimentas e gênero, temos como exemplo algumas peças do vestuário feminino, como o corset, que limita a mobilidade corporal, e mesmo as cintas de compressão relacionadas à figura da mulher. Os elementos da cultura material são essenciais nos enunciados sobre identidade, assim como os artefatos são um meio de desempenhar e legitimar o poder do gênero. Além disso, conforme nos apresenta Mauss (1974), o material atua sobre os corpos, já que está diretamente implicado em determinados usos corporais. Ou seja, conforme nos relacionamos com os objetos ficamos em determinadas posturas, andamos de uma ou outra maneira, e por aí vai. Isso se torna evidente até em meu uso do computador neste momento de escrita, a posição da tela interfere na minha forma de sentar. Aliás, no que se refere ao sentar, em nossa sociedade ocidental e sedentária somos adeptos da cadeira para tudo, o que não é uma realidade para outras culturas, cuja posição de repouso é agachada. Percebam que a nossa forma de se relacionar com as coisas ao nosso redor influencia até mesmo na anatomia do nosso corpo. Tim Ingold (2015), em seu livro “Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição”, nos apresenta diversos exemplos de como o material interfere em nossa anatomia e em nossos usos corporais. No que tange a características do vestuário, ele versa sobre como os sapatos proporcionam a imobilidade do “pé civilizado”.

Com relação ao gênero e as vestimentas, Belotti (1975) discute que as roupas atuam na produção de uma feminilidade desde cedo, já que as meninas ao utilizar vestido têm certos comportamentos vedados, o que influi na edificação da sua identidade de gênero. Ademais, conforme fundamenta Barreiro (1998), as vestimentas que impedem movimentos corporais excluem as mulheres de certas atividades no trabalho, de modo que determinadas roupas são também indicadores

de classes sociais, já que nem todas as mulheres ficaram fora do processo produtivo.

2.3 Apropriações culturais do vestuário

O estudo do vestuário possibilita conhecer a produção e a utilização das coisas feitas pela humanidade em interação e adaptação com seu meio, bem como a complexidade da vida social mediante a circulação dos objetos em sua trajetória social. As roupas mais do que abrigar o corpo, também atuam na transformação do ser biológico em um ser cultural. Neste sentido, Eco et al. (1982) elucidam que os significados atrelados às peças de roupas se situam dentro de um código histórico e geograficamente referido e as transformações nas significações dentro deste código podem nos revelar sobre mudanças sócio-históricas. Zambrini (2016), nos traz que ao projetar uma peça de vestuário se projeta também um gênero. A autora estabelece que a moda nos permite abarcar aspectos dos usos sociais das roupas ao longo dos movimentos históricos, também possibilita compreensões do vestir do ponto de vista cultural.

[...] além da função prática, os objetos cumprem uma função fundamentalmente simbólica em nossa sociedade. A cor dos objetos, seu formato, sua materialidade, possibilidades de uso, escala e outros atributos formais dizem muito sobre seu significado e sobre aquele que os adquire. Os objetos são entes dotados de força expressiva, que é tanto determinada pela maneira como foram produzidos, pela configuração formal de seu design, como também pelos contextos em que são utilizados, consumidos, exibidos e inseridos. (FORTES, 2018, p. 133).

Ou seja, as roupas, para além de sua função de abrigar o corpo, desempenham um papel simbólico e são capazes de informar determinadas coisas no interior de uma cultura. Entwistle (2002) ao versar sobre o corpo e o vestir, fala em práticas corporais no contexto, já que ao nos referirmos à vestimenta, de maneira implícita dizemos sobre corpos vestidos em um contexto sociocultural. Outrossim, para além de seu uso cotidiano, há situações específicas, concernentes a manifestações culturais no seio de um mesmo contexto sociocultural, que exigem determinadas vestimentas para marcar ocasiões importantes. Nesses casos, o vestuário distingue-se daquele usado nos dias comuns, é o que acontece por

exemplo em rituais de celebração da vida e códigos cerimoniais associados à morte, nos quais as roupas adquirem extrema importância.

A seguir, apresentaremos exemplos de como os usos sociais das roupas nos permitem perceber mudanças e rupturas dadas ao longo dos movimentos históricos, bem como sobre compreensões do vestir do ponto de vista cultural em seu uso cerimonial e cotidiano.

Acerca do vestuário no contexto fúnebre brasileiro, Araújo e Andrade (2019), estabelecem uma discussão entre as roupas utilizadas nos cerimoniais do século XIX e os trajes utilizados na contemporaneidade. As problematizações dos autores nos permitem perceber as transformações nos códigos sociais que ocorrem ao passar dos anos. A morte, que no contexto ocidental católico, estava mais relacionada a um evento público, produzia uma série de inquietações em torno dos trajes apropriados para o cerimonial. As roupas além de atuarem como marcadores de status social, eram investidas de um valor simbólico e religioso, de modo que vestir o morto adequadamente era considerado primordial para assegurar sua passagem. Atualmente, costuma-se utilizar as vestes preferidas do sujeito, contudo, a depender do contexto, ainda são reproduzidos aspectos da herança oitocentista fortemente marcados pela religiosidade.

A respeito da indumentária como expressão cultural em cerimônias de celebração, temos como exemplo os trajes utilizados em casamentos. As noivas na maioria das culturas são o foco de atenção, em geral, sua roupa é a que mais se destaca. Nos casamentos ocidentais os vestidos utilizados frequentemente são brancos, a maquiagem e as jóias costumam ser discretas. Segundo Garbelotto e Mitidieri (2010), a tradição que envolve a utilização do branco no traje nupcial feminino foi introduzida pela rainha Vitória na Inglaterra por volta de 1840. As vestes utilizadas por ela já tinham as características das noivas ocidentais da atualidade: véu, grinalda e vestido branco. De lá para cá, a indumentária cerimonial sofreu diversas transformações, mesmo que suas características elementares tenham permanecido.

Ainda sobre os trajes de noiva, além da aquisição de vestidos existem práticas de locação, já que não são todos que podem pagar para fazer um traje que será utilizado em um único dia. A própria cerimônia é um indicador de classe social. A saber, um mesmo vestido circula por espaços diferentes e pode atuar como marco importante na vida de diversas pessoas em sua trajetória social.

Em um mesmo espaço geográfico, podem circular diferentes culturas, diversos ritos e distintas formas de se vestir para eventos importantes da vida, bem como para os dias considerados comuns. Outrossim, as pessoas vão se apropriar das peças disponíveis e personalizar seu vestuário em consonância com sua personalidade, seus gostos e preferências. As roupas sempre serão captadas pela percepção humana, interpretadas e significadas no interior de determinada cultura.

Além de ser acionada para expressar valores culturais, a roupa serve à própria constituição do sujeito. Miller (2013) ao versar sobre o sári, elucida como a peça de tecido sem costuras de aproximadamente seis metros, veste a mulher indiana e faz dela o que ela é: indiana e mulher. O sári é drapeado sobre o corpo. Devido a sua assimetria, algumas pregas podem cair da esquerda para a direita ou vice-versa, a depender de como ele é disposto. O *pallu*, ponta solta do sári que cai do ombro esquerdo à cintura, pode escorregar conforme o movimento que a mulher fizer, deixando de cobrir o seio ou marcando o corpo, o que gera inseguranças constantes. Ele atua quase como uma extensão do corpo da mulher, é utilizado para pegar panelas quentes, carregar coisas, dentre outras funções. A relação íntima entre a pessoa e a veste é aprendida. As moças passam a usar o sári no fim da idade escolar. Se não conseguem controlar os tecidos, que escorregam frequentemente por não terem costuras, elas são vistas como incapazes de desempenhar seu papel social, já que seu domínio é um indicador de sua aptidão para tal. Quando finalmente a mulher aprende a controlá-lo, ele se torna uma ferramenta para demonstrar emoções e criar situações de ambiguidade, ela está em constante interação com a veste e a modifica conforme cada situação, de modo que o traje passa a atuar na própria percepção que as mulheres têm de si mesmas.

Para além de seu uso em cerimônias, as roupas utilizadas no cotidiano também nos fornecem informações sobre as transformações dos significados culturais em uma sociedade. No que se refere aos deslocamentos dos significados de gênero perceptíveis no vestuário, tomemos como exemplo o uso da calça pelas mulheres no Brasil. A utilização antes inconcebível para elas, que usavam apenas vestidos e saias, passou a ser difundida de acordo com Laver (1989), a partir dos Anos 1960. Foi quando a moda sofreu influências da contracultura e das reverberações impulsionadas pelo movimento feminista pós-década de 1950. As mulheres adentraram ambientes anteriormente destinados somente aos homens. De maneira geral, as reivindicações por igualdade social fizeram com que o universo da

vestimenta feminina se abrisse e aderisse cada vez mais ao vestuário masculino. Deste modo, houve a disseminação do uso da calça jeans pelas mulheres. Vejam que o uso da calça evidencia os deslocamentos em torno dos significados de gênero que carregam as características do que se pressupõe ser uma mulher ocidental em relação ao vestuário. A calça que até então não era considerada uma roupa feminina, passa a ser, embora seu uso não tenha sido incorporado por todas, uma vez que dentre determinadas religiões, a utilização das calças permanece restrita aos homens.

2.4 Vestimentas, memória e suas múltiplas relações

Por vezes, os seres humanos nutrem um vínculo com objetos específicos, que são armazenados cuidadosa e carinhosamente. Estes, acionam diferentes memórias no sujeito e estabelecem ligações com o passado e momentos vividos. Ocasões marcantes nos fazem querer preservar vestimentas e mesmo fotografias atreladas ao uso delas. Seja um vestido de formatura, uma blusa utilizada em um momento especial ou a grinalda de um casamento. Nessa perspectiva, Stallybrass (2008, p.14) nos coloca que:

A roupa tende, pois, a estar poderosamente associada com a memória ou, para dizer de forma mais forte, a roupa é um tipo de memória. Quando a pessoa está ausente ou morre, a roupa absorve sua presença ausente.

As roupas nos recebem, se moldam a nossa forma, são preenchidas com o nosso cheiro. Quando os entes queridos falecem, seus pertences, suas roupas ficam, fazem lembrar da pessoa que um dia as utilizou. Os corpos, as pessoas, se vão, os objetos permanecem, eles presentificam o que está ausente (STALLYBRASS, 2008). Uma vez que nos relacionamos com as roupas constantemente, elas atuam como gatilhos para nos fazer lembrar, de pessoas, de momentos especiais e até mesmo de situações traumáticas. Com relação à capacidade delas de presentificar pessoas ausentes, é por sua materialidade que

nos remetem a seus donos, a quem foram emprestadas ou na companhia de quem foram utilizadas.

Stallybrass (2008) ilustra pela discussão da vestimenta, nuances de como os objetos estão engendrados no processo de autoconstrução dos sujeitos, e como eles transpassam as práticas e códigos sociais. O autor expõe que o acesso ou a impossibilidade de acesso a determinadas roupas define por quais espaços é permitido ao sujeito circular – uma pessoa sem trajes considerados adequados não consegue procurar um emprego, por exemplo, e isso gera consequências diretas para sua existência. Observem que as roupas interferem até mesmo na capacidade de um sujeito garantir sua subsistência. Além disso, o autor defende que as vestimentas precisam ser entendidas como objetos que atuam sobre os corpos e agem como suportes de memória e afetos cuja perda pode levar à aniquilação do eu. Ou seja, uma vez que nos vinculamos a determinadas coisas que nos são caras e nutrimos afetos e memórias com elas, a perda de tais objetos nos é devastadora. Stallybrass (2008, p. 80) nos provoca: “Por que os prisioneiros são despojados de suas roupas a não ser para que se despojem de si mesmos?”. Isso faz pensar em como nossa vida social está vinculada ao material. O que me remete ao caso de pessoas que devido a fenômenos naturais, como por exemplo enchentes em suas residências, perdem, para além de seus bens materiais, memórias vinculadas a fotos, documentos e pertences.

Conforme fundamenta Starace (2017), nós podemos ser reconhecidos nos muitos objetos que possuímos. Ao discorrer sobre nossa relação mediante as coisas materiais desde o desenvolvimento infantil, o autor apresenta as mudanças que, à medida em que crescem, as crianças fazem com as coisas do quarto, da casa, do ambiente. Ele versa sobre os símbolos que acompanham de perto a passagem dos anos, e que são ressignificados e substituídos ao longo do tempo. Essas mudanças acontecem aos trancos. São acumuladas coisas que passam a destoar daquela realidade dada para determinada idade, mas que permanecem ali para então serem substituídas logo que se tornam anacrônicas e contrastam com o que se está vivendo no momento. Assim, é que podemos perceber por meio do material, nossa própria transformação. Tomemos como exemplo os critérios para se desfazer de alguma vestimenta. São diversos os motivos que nos levam a nos desvincular de determinadas peças de roupas, dentre eles: o fato de não nos servir mais, mudanças em como gostaríamos de ser lidos socialmente, transformações em

aspectos de nossa personalidade, por exemplo. Além disso, deve ser considerado que o ato de guardar certas roupas ou objetos também nos fala sobre as escolhas que envolvem que passado manter e de qual passado se desfazer.

2.5 Considerações finais

Este artigo teve como finalidade problematizar teoricamente os engendramentos entre objetos e sujeitos recorrendo a discussões de cultura material com enfoque nas vestimentas. Vimos que as coisas materiais permeiam nossas práticas e nossos códigos sociais, elas são elementos importantes presentes nos processos de identificação, nos apresentam informações sobre contextos culturais e são capazes de acionar memórias.

Ademais, a ação dos objetos materiais é potencializada à medida que não prestamos atenção em sua participação nos saberes e linguagens legitimados que compartilhamos todos os dias e que adquirem significados subjetivos em seu agenciamento ao discurso, à estrutura social.

Tratando-se de roupas, em nossa sociedade, após o nascimento já saímos da maternidade com elas. O sujeito se constitui à medida que se apropria do mundo simbólico, da linguagem, do material - o transforma e modifica a si mesmo nesse processo. Por atuarem como um cenário que é naturalizado, os objetos podem ser utilizados para demarcar identidades, diferenças e posições ideológicas, servindo à citação das normas culturais, dentre elas, as de gênero. Ao operar naturalizações, eles contribuem para a sustentação de discursos binários que qualificam as noções socialmente aceitas de feminino/masculino. No entanto, como o social está constantemente em movimento e a significação é dada em uma subjetividade, os signos são o tempo todo deslocados, de forma que podem compor novos sentidos. Desse modo, a cultura material também pode ser acionada para a subversão dessas mesmas normas, nas quais as regras de gênero são citadas a contrapelo, deslocando os significados atribuídos convencionalmente aos artefatos.

Assim, as roupas estudadas como objetos da cultura material e imaterial a partir dos sistemas simbólicos que permeiam as práticas cotidianas do vestir, trazem informações culturais que podem ser acionadas pelo campo de investigação

patrimonial desvelando informações sobre contextos socioculturais e processos de identificação.

3 COMPONENTES DO VESTUÁRIO NA DEMARCAÇÃO DE POSIÇÕES IDENTITÁRIAS DE GÊNERO

Resumo: Este artigo deriva de uma pesquisa de mestrado, a qual recorreu a narrativas de oito mulheres com o intuito de analisar componentes do vestuário acionados para demarcar a posição identitária mulher. Como recorte estipulado para este estudo, optamos por focar somente nos vestidos e saias, por aparecerem no discurso de todas as entrevistadas. A análise das narrativas ocorreu através da metodologia de Análise de Discurso (AD). Num primeiro momento discorremos sobre nosso dispositivo teórico analítico e a noção de sujeito, em seguida, propomos possíveis articulações teóricas entre diferença sexual e gênero, para então adentrar às análises das entrevistas. Como resultado, observamos que determinadas peças, cores e tecidos são atreladas à figura da mulher e tornam-se tão engendradas às práticas sociais que são naturalizadas. Em razão disso, é que as roupas nos possibilitam captar nuances do contexto cultural no qual são usadas e significadas. E, como percebemos pelas narrativas das participantes deste estudo, é possível concluir que se trata de um contexto permeado por desigualdades de gênero, que se materializam e se repetem a partir dos códigos de vestimenta.

Palavras-chaves: gênero, vestimenta, Análise de Discurso, cultura material,

3.1 Análise de discurso: dispositivo teórico metodológico

Este artigo tem como objetivo analisar nas narrativas das participantes deste estudo, componentes do vestuário acionados para demarcar a posição identitária “mulher”. As narrativas foram produzidas a partir de entrevistas realizadas por meio da metodologia da História Oral (ALBERTI, 2004; PORTELLI, 1997), através da plataforma *google meet*. A seleção das participantes se deu pelo método de conveniência, no qual as integrantes são selecionadas por estarem acessíveis e disponíveis à pesquisadora (MAYER, 2016; MORESI, 2003.) Ou seja, a partir da minha rede de contatos pessoais elas foram convidadas a contribuir para o estudo. Oito mulheres foram entrevistadas ao total; com idades de 24, 34, 49, 58, 69, 75, 84 e 92 anos, nascidas em distintos lugares, advindas de classes sociais variadas, sete delas cisgênero e uma transgênero.

A análise dos enunciados das participantes do estudo foi realizada a partir da metodologia de Análise de Discurso (AD). Trata-se de um dispositivo teórico de análise que tem como objeto de estudo o discurso, a palavra em movimento, os efeitos de sentidos.

A AD deriva de aproximações entre a Psicanálise, o Materialismo Histórico e a Linguística, ela recorre a essas três importantes rupturas teóricas para trabalhar a partir de seu entremeio. A Linguística nos apresenta que a língua tem falhas. Por meio do Materialismo Histórico, compreendemos que os seres humanos constituem sua história, mas ela não lhes é transparente, além disso, ela interfere nas constituições de sentidos. Já a Psicanálise, nos mostra que o sujeito é dividido (ORLANDI, RODRIGUES, 2006).

O sujeito se faz sujeito a partir da linguagem, por meio dela é que constitui sua história, quando enuncia é afetado por esta linguagem, é interpelado ideologicamente, e, por consequência, assujeitado. Assim, a ideologia opera de tal forma que o sujeito acredita ser a origem do seu dizer. Como fundamenta Orlandi (2007, p. 48) “Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido”. É esse sujeito clivado, interpelado ideologicamente que consideramos em nossas análises.

No que tange à delimitação do corpus analisado, dentre o material das entrevistas previamente transcritas, localizamos nos enunciados das entrevistadas trechos que atendiam ao nosso objetivo. Nos deparamos com discursos relativos a diversos componentes do vestuário que foram atrelados à figura da mulher pelas integrantes de nosso estudo, dentre eles: o sutiã, vestidos e saias; cores específicas como por exemplo, o rosa; texturas de tecido delicados, rendas e transparências; peças mais ornamentadas; cortes e modelos considerados femininos. Como delimitação para o presente artigo, optamos por analisar somente os vestidos e as saias, peças do vestuário evocadas no discurso de todas as entrevistadas. Além disso, essas peças se evidenciaram na fala das participantes mais velhas, que utilizavam somente elas em sua juventude.

Uma vez destacado o material textual previamente filtrado, o agrupamos de modo que pudéssemos encontrar regularidades e discrepâncias no nível do enunciado, procurando verificar os sentidos tecidos a partir dos discursos das participantes para acessar a formação discursiva (FD) na qual se inserem. Conforme fundamenta Pruinelli (2001, p. 119),

“[...] a noção de FD é entendida como o lugar no qual acontece a constituição dos sentidos. Esses, por sua vez, se encontram dispersos no

interdiscurso e se manifestam no fio do discurso (intradiscurso) por meio da associação dos sujeitos a determinada formação discursiva”

Em continuidade, utilizamos de nosso dispositivo teórico analítico para colocar em relação os ditos e os não ditos, a partir da paráfrase e sinonímias (ORLANDI, 2007). Feito isso, partimos para a análise das formações ideológicas em que esses sujeitos (do enunciado) se encontram inscritos e atravessados.

3.2 Sujeito dividido

No texto *Totem e Tabu*, Freud (2015) recorre à descrição da horda primeva de Darwin¹⁰, para versar sobre a introdução do sujeito na cultura, estabelecida com a exogamia e o tabu do incesto¹¹. O estudioso utiliza como base investigatória as condições da horda primitiva, na qual reinava segundo suas observações, a violência de um pai ciumento, que em decorrência leva a exogamia dos homens jovens. Nas suas palavras: “Um pai violento e ciumento, que reserva todas as fêmeas para si e expulsa os filhos quando crescem, eis o que ali se acha.” (FREUD, 2015, p. 140).

Certo dia, os irmãos expulsos se juntaram, abateram e devoraram o pai, assim terminando com a horda primeva. Unidos, ousaram fazer o que não seria possível individualmente. [...] Sem dúvida, o violento pai primevo era o modelo temido e invejado de cada um dos irmãos. No ato de devorá-lo eles realizavam a identificação com ele, e cada um apropriava-se de parte de sua força. A refeição totêmica, talvez a primeira festa da humanidade, seria a repetição e a celebração desse ato memorável e criminoso, com o qual

¹⁰ “[...] se olharmos bastante para trás no curso do tempo, [...] julgando pelos hábitos sociais do homem tal como hoje existe [...] a concepção mais provável é de que o homem primevo originalmente viveu em pequenas comunidades, cada um com tantas esposas quantas podia obter e sustentar, que ele ciumentamente guardaria dos outros homens. Ou pode ter vivido sozinho com várias esposas, como o gorila; pois todos os nativos ‘concordam em que apenas um macho adulto é enxergado num bando; quando o macho jovem cresce, há uma disputa pelo domínio, e o mais forte, matando ou expulsando os outros, estabelece-se como o líder da comunidade’ (dr. Savage, em Boston Journal of Natural History, v. v, 1845-7, p. 423). Os machos jovens, vagando após serem expulsos, impediriam, quando enfim encontrassem uma parceira, uniões consanguíneas muito próximas no interior da mesma família” (DARWIN, 1871 apud FREUD, 2015, p. 126).

¹¹ “Em Totem e tabu, Freud (1976) ergue o tabu do incesto como pedra angular da sociedade, constituindo esse temor e seu derivado (a exogamia) marcos da passagem do estado de natureza ao de cultura, ou seja, do ingresso do homem anárquico na ordem social. Como estado de natureza se especula, por uma operação lógica e não cronológica, o momento primeiro marcado pela permissividade total, momento de caos primordial em que não se pode falar de *socius*, já que não há leis de ordenamento que possibilitem relações sociais estabilizadas e simbolizadas. É claro que é um estado não determinável tanto em termos cronológicos como em termos de suas características, funcionando, porém, como recurso norteador necessário para se poder pensar em um estado de coisas que sirva como referente externo ao que caracterizamos como de civilização e, ou, cultura.” (FREUD, 1976 apud TEIXEIRA, MOREIRA, 2013, p. 194).

teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião. (FREUD, 2015, p. 141)

Diante do assassinato do pai emergiu a culpa, e além dela a sensação de que os jovens estariam livres e iguais, portanto, disputariam entre eles, podendo vir a se matar e exterminar a tribo pela ausência da lei. Deste modo, construíram um totem em memória daquele pai morto e desde então, todo o grupo era reconhecido por aquele nome, ele tornou-se um representante da lei, passando a desempenhar uma função simbólica, a qual corroborou para um pacto entre os irmãos. O acordo, fundado em dois tabus fundamentais, trazia as prerrogativas: não matar o animal totêmico (neste caso, o pai) e evitar relações sexuais com membros do mesmo clã. Conforme fundamenta Freud (2015, p. 141/142).

[...] surgiu uma consciência de culpa, que aí equivale ao arrependimento sentido em comum. O morto tornou-se mais forte do que havia sido o vivo; tudo como ainda hoje vemos nos destinos humanos. Aquilo que antes ele impedira com sua existência eles proibiram então a si mesmos [...] Eles revogaram seu ato, declarando ser proibido o assassinio do substituto do pai, o totem, e renunciaram à consequência dele, privando-se das mulheres então liberadas. Assim criaram, a partir da consciência de culpa do filho, os dois tabus fundamentais do totemismo¹², que justamente por isso tinham de concordar com os dois desejos reprimidos do complexo de Édipo¹³

Em consonância com Freud (2015), os irmãos, embora tenham se unido para assassinar o pai, eram rivais. Cada um desejaria para si todas as mulheres. Para que não houvesse disputa de todos contra todos, foi instituída a proibição do incesto, no intuito de que pudessem viver juntos. Logo, todos renunciaram simultaneamente ao gozo excessivo, fundando a civilização. Assim sendo, a horda primeva é a origem do mito edipiano. O desejo de matar o pai e o incesto coincidem com os dois crimes presentes no Édipo, isto é, assassinar o pai e gozar da mãe. Foi a partir de sua prática clínica que Freud desenvolveu teorizações acerca do complexo de Édipo para explicar como se estrutura a subjetividade. As reflexões foram desencadeadas por fantasias condizentes com o mito edipiano em sua autoanálise e na narrativa de suas pacientes. Segundo Freud (2006), ele próprio experimentou a forte atração pela figura materna e o ciúme em relação ao pai durante a infância. Ele considera isso um evento universal que ocorre no início da vida dos sujeitos. A partir dessa

¹² Incesto e parricídio

¹³ Édipo trata-se de um complexo com o qual o infante se depara em sua entrada no cultural, a partir do qual, lhe resultarão suas identificações sexuais e estruturas subjetivas.

perspectiva argumenta que podemos compreender a grande força da história do Édipo Rei. A lenda grega consegue capturar uma compulsão que todos reconhecem em si mesmos, pois sentem a presença desse sentimento interiormente. No entanto, quando essa fantasia é trazida para a realidade, pode causar horror e desconforto, acompanhados de toda a carga de recalçamento¹⁴.

Em uma releitura do trabalho de Freud, Lacan (2005), a partir de influências do estruturalismo de Lévi-Strauss, passa a compreender o Édipo como organizador de estruturas, ou seja, um processo pelo qual todos passamos, que organiza nosso psiquismo e permite nossa constituição enquanto sujeitos culturais.

Lévi-Strauss (1982) compreende a cultura enquanto um sistema simbólico regido por leis e regras que organizam as trocas sociais e a estruturação subjetiva. Para ele, a proibição do incesto, juntamente com a prática social da exogamia, é uma norma baseada na reciprocidade. Ela é estabelecida com o objetivo de garantir e fundamentar as trocas.

Neste ponto, as relações de troca revelam-se cruciais. O ser humano só percebe as coisas por intermédio da sua relação com o outro. É por meio da inserção do sujeito na linguagem, dada a partir da castração de um gozo irrefreável, que tanto as formações sociais quanto as inconscientes poderão ser organizadas. O pai simbólico, que está mais relacionado a um significante, Nome-do-Pai, do que a um genitor, é aquele que, a partir da lei, inaugura o sujeito no inconsciente e na cadeia significante. É ele que interdita o gozo incestuoso entre mãe e bebê. Nas palavras de Lacan (1999, p.52):

Para que haja alguma coisa que faz com que a lei seja fundada no pai, é preciso haver o assassinato do pai. As duas coisas estão estreitamente ligadas - o pai como aquele que promulga a lei é o pai morto, isto é, o símbolo do pai. O pai morto é o Nome-do-Pai, que se constrói aí sobre o conteúdo.

Assim, a interdição que separa o filho da mãe é que definirá o lugar da falta na estrutura psíquica e linguageira, através da operação simbólica denominada castração.

[...] o processo psíquico no desenvolvimento da criança, iniciado pela metáfora paterna, faz com que a criança se constitua como Sujeito e tenha

¹⁴ O recalçamento diz respeito às defesas do sujeito diante de determinados conteúdos que lhe seriam insuportáveis. Trata-se daquilo que é negado na consciência, mas que retorna de outras maneiras.

acesso ao registro simbólico, o que também estabelece a divisão psíquica do Sujeito. A metáfora paterna é sustentada primeiro pela repressão do significante primordial, o falo imaginário que a criança tenta ser para sua mãe, segundo, em uma substituição desse significante, e, finalmente, no advento do inconsciente ou do Sujeito desejante.

A linguagem só emerge em situações de insatisfação, e a insatisfação advém da castração. Nesse processo, perde-se o acesso ao gozo original, o seu lugar é ocupado pelo signo, que é barrado pelo significante, que reiteradamente procura no que significa a recuperação desse gozo, o qual jamais será atingido, uma vez que culminaria no aniquilamento do sujeito.

[...] a linguagem simboliza, metaforicamente, o primeiro objeto de desejo que se tornou o objeto perdido, também conhecido como o significante primordial que sofreu repressão. Portanto, a linguagem é usada para significar algo que está além do que é anunciado pelo Sujeito, uma vez que o objeto de desejo fundador foi perdido na substituição pelo significante da metáfora paterna. Porém, de acordo com Lacan, o desejo fundamental sempre tentará um retorno por ter sido transformado simbolicamente em linguagem. O efeito dessa transformação não permite que o significante tome forma de significado, em vez disso, o desejo entra em um movimento metonímico causando seu perpétuo deslocamento. Sendo assim, o desejo é impossível de ser realizado e está sempre insatisfeito. A metáfora paterna dá ao Sujeito a condição de ser desejante, porém, o benefício desta condição é apenas alcançado em uma nova alienação, pois a essência original do desejo está perdida. Consequentemente, Lacan concluiu que o desejo é apenas representado por significantes do Outro (OLIVEIRA, 2012, p.114).

Desse modo, ocorre uma relação primordial de alienação a um Outro: uma alienação à cadeia significante, ao Outro, ao desejo do Outro. Em suma, o sujeito do inconsciente é marcado pelo vazio advindo da castração, ele vai deslizando de significante em significante pela linguagem que compõe o Outro (conjunto de significantes). É da articulação do significante em cadeias que provêm o significado. O significante só adquire sentido em relação a uma combinação com outros significantes articulados pelo sujeito da enunciação em uma estrutura combinatória. Sua organização se dá através de duas operações, a metafórica e a metonímica:

[...] a estrutura metonímica, indicando que é a conexão do significante com o significante que permite a elisão mediante a qual o significante instala a falta do ser na relação de objeto, servindo-se do valor de envio da significação para investi-la com o desejo visando essa falta que ele sustenta (LACAN, 1988, p. 516)

[...] a estrutura metafórica, que indica que é na substituição do significante pelo significante que se produz um efeito de significação que é de poesia ou

criação, ou, em outras palavras, do advento da significação em questão. (LACAN, 1988, p. 516)

Enquanto na metáfora temos a substituição de um significante por outro, na metonímia temos sua combinação. Na perspectiva lacaniana, o âmbito do significado abrange o sujeito do inconsciente, o sujeito do desejo e o sujeito da enunciação. A linguagem opera a partir da seleção de significantes em movimentos de combinação (metonímia) e substituição (metáfora). À medida que o sujeito seleciona palavras na enunciação, cria um contexto que estabelece uma certa organização na qual a posição de um significante em relação a outro propicia a produção de um sentido. Assim, os significados só se cristalizam a partir de um congelamento do significante quando emerge a paixão por um sentido que refreia a metonímia da cadeia. Embora haja o deslizamento dos significantes, o significante, sempre se antecipa ao sentido, Lacan (1998, p. 505) nos apresenta que “[...] não é porque as iniciativas da gramática e do léxico se esgotam num certo limite que se deve pensar que a significação reina irrestritamente para-além”. Há um discurso que circula e antecede a constituição do sujeito, além disso as formações discursivas determinam o que pode ser dito. Tecendo aproximações do sujeito psicanalítico ao Sujeito da AD da corrente francesa, especialmente fundamentada por Pêcheux (1988) e Orlandi (2007), podemos dizer que o sujeito se constitui também pelo que o antecede, ou seja, pelo campo do Outro.

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe e diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (ORLANDI, 2007, p. 32).

As palavras são compartilhadas, nós as acessamos no interior de uma cultura, elas se relacionam a uma memória e é por isso mesmo que elas têm a capacidade de significar. Quando as acionamos, elas já vêm carregadas de sentidos preexistentes. Ao falar, querendo ou não, nos filiamos a esses sentidos. Uma vez que o inconsciente é o discurso do Outro, que o significado nos escapa e que esquecemos o que nos determina, por vezes, desconhecemos aquilo que significa em nossas palavras.

3.3 Diferença sexual e gênero: articulações possíveis

A psicanálise, ao se debruçar sobre o estudo do inconsciente, divergiu da racionalidade até então predominante no pensamento filosófico e produziu rupturas teóricas com concepções que consideravam a identidade como algo fixo e coerente. Como afirma Fuks (2000 apud TEIXEIRA, MOREIRA, 2013, p. 192) ao contrário da racionalidade do Iluminismo, que valorizava a coerência e a identidade como meios de alcançar a verdade, a psicanálise se apresenta como um método de escuta do inconsciente, daquilo não é idêntico, seguindo sempre a lógica do Outro .

O inconsciente, enquanto resultante da castração do desejo incestuoso, abarca o campo da falta, e por consequência, da alteridade, da não identidade. Para pensar acerca da diferença sexual, recorreremos às teorizações de Lacan, que a partir do complexo de Édipo aponta para o falo como elemento simbólico que dá significação ao desejo materno. De acordo com Lacan (1985) , a partilha dos sexos se dá pela forma como cada sujeito se posiciona em relação à função fálica. O autor formulou a divisão sexual a partir da ideia de que todos os sujeitos são marcados por uma falta constitutiva (decorrente da castração simbólica imposta pela cultura e pela linguagem). Essa falta é experimentada de forma diferente por homens e mulheres, levando-os a se posicionar de maneira diferente em relação à função fálica. Os homens são aqueles que se identificam mais facilmente com a função fálica, buscando nela uma forma de completude e de acesso ao gozo fálico¹⁵. Já as mulheres, por não se identificarem plenamente com a função fálica, têm acesso a outras formas de gozo, ao gozo Outro, isto é, a um gozo suplementar, o qual está para além da linguagem. No entanto, é importante destacar que Lacan não reduz a divisão sexual a uma simples oposição binária entre homens e mulheres, mas sim a uma complexa rede de identificações e posições subjetivas que vão além da anatomia ou do gênero biológico. Neste sentido, temos que o sexo é desvinculado da biologia, homem e mulher estabelecem relação com a função fálica, mas a partir de modalidades de gozo distintas, que, portanto, nunca se encontram, daí o aforismo lacaniano “não há relação sexual” (LACAN, 1985). Dessa forma, não existe para um ser falante, um saber real sobre o sexo para corresponder seu parceiro sexual, de modo que só lhe resta desempenhar um semblante. Rabinovich (2005) discorre que no seminário V Lacan explorou extensivamente a significação do falo

¹⁵O gozo fálico se insere na categoria do universal, ele é linguageiro, não sexual.

atrelada à comédia. Uma vez que os seres falantes não podem ser definidos como homens ou mulheres de forma instintiva, a única opção que lhes resta é parecer como tal: eles aparentam ser homens e mulheres. Como não há uma norma instintiva fixa que lhes dê uma identidade concreta, a única solução possível é essa aparência. Essa dimensão é a da persona, ou seja, da máscara. A máscara é introduzida no texto como uma forma de buscar um ponto ideal, virtual, onde se poderia ser plenamente homem ou mulher. No entanto, esse ponto não existe na realidade, o que leva ao fracasso.

Como se pode ver, não há uma substância fixa que embase o sexo. Conforme postulam Cossi e Dunker (2017), ao desempenhar o semblante, os sujeitos parecem ser a origem da própria fala, quando na realidade estão sendo falados pelo discurso no qual estão inseridos. Desse modo, o conceito lacaniano pode ser aproximado da noção de performatividade, presente nos estudos de gênero de vertente anglo-saxônica, principalmente nas teorizações de Judith Butler. Assim, o gênero é compreendido como:

[...] aquela parte da diferença sexual que aparece como o social (gênero seria assim o extremo do social da diferença sexual), referente às visões construídas socialmente sobre a masculinidade e a feminilidade (BUTLER, 2004, p.185 apud COSSI; DUNKER, 2017, p. 08),

Como vimos, é diante do real do sexo, do impossível, que o sujeito se posiciona respondendo ao desejo do Outro, faz isso recorrendo a referenciais presentes na cultura. Segundo Lima (2018, p. 26):

Na ausência de um saber harmônico no real sobre o sexo, o sujeito precisa dar a esse impossível sua própria resposta, partindo das marcas singulares deixadas pelo Outro. Mas, para contornar o embaraço dessa tarefa, há uma série de soluções veiculadas pela cultura.

Isto é, uma vez que não há uma tangibilidade sobre o próprio sexo, o sujeito colhe no cenário cultural de sua época, insígnias, as quais utiliza para performar um gênero, atendendo ao desejo do Outro. Conforme Pedro Ambra (2017, p. 48) delineia:

[..] a partir de Butler e Lacan, pode-se definir o gênero como uma resposta ao desejo do Outro. No contexto de entrada na linguagem, é imperativo lembrarmos-nos que nos constituímos sexualmente sempre para alguém e,

mais precisamente, para preencher o que se supõe ser o desejo (inconsciente) desse Outro.

Neste ponto, percebemos que o sujeito é alienado ao Outro, ao desejo do Outro. Assim, para pensarmos as relações concernentes à interpelação do sujeito e ao gênero a partir da metodologia da Análise do Discurso, recorreremos aos postulados de Pêcheux, que enquanto um dos fundadores desse método, traz para o campo da linguagem a formulação althusseriana de ideologia. Conceito esse, que avançado por Pêcheux, permite pensar a dimensão necessariamente ideológica dos processos de significação (FONTANA, 2014).

A tese de Althusser sobre assujeitamento pode ser considerada análoga à formulação lacaniana do inconsciente, na qual o sujeito é compreendido como sujeito do inconsciente, de tal sorte que os indivíduos são sempre já sujeitos, sempre já interpelados pela ideologia (GILLOT, 2018). Eles falam enquanto interpelados por uma ideologia e atravessados pelo inconsciente, de modo que há a presença de uma opacidade sobre si mesmos. No que tange aos pontos de confluência entre inconsciente e ideologia, Pêcheux (1996, p. 148 apud MAGALHÃES, 2011, p. 34) afirma que:

[...] o traço comum a essas duas estruturas, respectivamente chamadas de ideologia e inconsciente, é o fato de elas operarem ocultando sua própria existência, produzindo uma rede de verdades "subjetivas" evidentes, com o "subjetivas" significando, aqui, não "que afetam o sujeito", mas "em que o sujeito se constitui".

Pode-se dizer que uma vez que o sujeito do inconsciente é um sujeito dividido, ele é cativado pelo jogo das identificações, além disso, ele é interpelado ideologicamente. Desse modo, ao enunciar, ele acredita ser a origem do que diz. Ao fazer semblante, o sujeito se crê senhor de sua própria linguagem.

Ao entrar na linguagem, o sujeito é submetido a sua estrutura, e ela já vem carregada de sentidos, construídos pela memória e historicidade, sentidos estes, influenciados pelas condições materiais pertencentes a cada contexto. Apesar disso, não há o *sentido*, tal como não há o *sujeito*. A língua é falha, sujeita ao deslizamento, de modo que o sujeito, bem como o seu discurso, também o são. Pêcheux (2008, p.53), fundamenta que: "todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro". Isto é, a contradição é intrínseca ao

discurso. É a possibilidade do sentido vir a ser outro que permite a emergência de novos sentidos.

Assim, as relações sociais nas quais o sujeito se constitui têm uma base ideológica, que reverbera em comportamentos e signos de gênero, os quais o sujeito desempenha em uma expectativa de corresponder ao desejo do Outro. A linguagem, que se engendra a partir de uma ideologia, faz o sujeito (ex)istir, ou seja, existir fora de si, em relação a um Outro e a um contexto.

[...] se compreendemos a identidade de gênero como uma resposta ao Outro, é claro que aquilo que é considerado como socialmente valorizado tende a transformar concretamente as diferentes experiências sexuadas dos seres falantes. (AMBRA, 2017, p. 49)

Em suma, o contexto sócio-histórico no qual nos inserimos, atravessa nossas identificações e nos dá pistas sobre aquilo que é considerado adequado ou inadequado, apesar disso, uma vez que a língua é equívoca, há possibilidade de rupturas e de afrouxamento nos rituais ideológicos.

No que se refere às roupas, elas são um dos objetos acionados para demarcar diferenças de gênero. Deste modo, neste artigo, temos como objetivo analisar, a partir das narrativas das participantes deste estudo, componentes do vestuário acionados para demarcar a posição identitária mulher.

3.4 Informações sobre as participantes do estudo:

A seguir, será apresentada uma caracterização de cada integrante do estudo com base nas informações obtidas sobre as participantes durante as entrevistas.¹⁶ As descrições são mais ou menos detalhadas em razão do que cada uma falou sobre si durante os encontros virtuais realizados para este estudo. A identidade das mulheres foi preservada a partir da utilização de nomes fictícios, seus discursos aparecerão no texto acompanhados de sua respectiva idade.

¹⁶Destacamos que para a realização do estudo foram respeitados os preceitos da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde que dispõe de diretrizes e normas de pesquisas que envolvem seres humanos, as quais “devem atender aos fundamentos éticos e científicos pertinentes”. Desse modo, a pesquisa que deu origem a dissertação foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Univille mediante o parecer consubstanciado e aprovado nº 4.557.758.

Ana (92 anos): nasceu no Rio Grande do Sul, onde residiu até 2019, quando veio morar em Santa Catarina. Começou a trabalhar aos 13 anos, costurando, posteriormente, fez concurso para um banco onde trabalhou até se casar, aos 27 anos. Após o matrimônio, seu labor passou a ser o da vida doméstica e o cuidado com os filhos.

Gabriele (84 anos): nasceu em uma cidade do interior de Santa Catarina, casou-se aos 17 anos, teve quatro filhas e um filho que faleceu. Durante sua trajetória de vida, trabalhou em casa, com afazeres domésticos e cuidados dos filhos, além disso, teve o que chamou carinhosamente de uma loja de modinhas. Viajava para São Paulo, Gramado e Rio Grande do Sul para buscar roupas para sua loja.

Helena (75 anos): Nasceu em um sítio no interior de Santa Catarina, veio de uma família grande, possuía 06 irmãs e 06 irmãos. Trabalhou desde muito pequena, era a segunda mais velha dos filhos, cuidava dos irmãos menores e da cozinha enquanto os pais iam para a roça. Quando tinha 13 anos de idade, seu pai decidiu que iriam se mudar para uma cidade maior, foi quando começou a trabalhar de faxineira para ajudar nas despesas domésticas. Casou-se aos 24 anos, foi a mais velha a se casar dentre as irmãs, embora “não estivesse muito a fim”, tal como verbalizou, sentiu-se pressionada pelo pai, que tinha um comportamento rígido e lhe impunha muitas restrições. Após a união e a chegada de seus dois filhos, assumiu o trabalho doméstico e se dedicou à casa e à família. Helena foi casada por 30 anos, seu marido faleceu há aproximadamente 23 anos.

Maria (69 anos): nasceu em uma cidade no interior de Santa Catarina, após se aposentar, mudou-se para o litoral catarinense. Vem de uma família com 4 irmãs e um irmão. Trabalhou como alfabetizadora em uma escola particular de uma empresa, casou-se aos 19 anos e teve uma filha.

Elise (58 anos): nasceu em uma cidade do interior do Paraná. Foi a caçula de doze irmãos. Começou a trabalhar aos 18 anos em um posto de saúde e aos 20 mudou-se para uma cidade um pouco maior. Conta que essa foi uma época complicada, teve dificuldade para encontrar trabalho, estava grávida e era mãe solteira, o que era motivo para julgamentos nesse período. Casou-se aos 24 anos,

fez magistério e logo que começou a estudar iniciou o trabalho como professora. Atualmente faz cinco anos que é aposentada. Tem um companheiro e dois filhos, um de 38 anos e o outro de 24 anos.

Júlia (49 anos): nasceu no interior de Santa Catarina, quando tinha 3 anos de idade a família se mudou para uma cidade um pouco maior, pois o pai não queria que suas filhas (eram quatro meninas) trabalhassem na lavoura. Quando terminou o ensino médio não teve oportunidade de continuar os estudos, então começou a trabalhar. Depois disso, casou-se e teve dois filhos, separou-se do primeiro marido e hoje está no segundo casamento. Considera que teve filhos nova. Assim que teve condições, fez um curso de graduação à distância e uma especialização em planejamento e gestão de trânsito, sendo esta a área na qual atua até hoje. No intervalo entre o primeiro e o segundo casamento graduou-se em Psicologia.

Alice (34 anos): nascida em Santa Catarina é mulher trans e militante LGBTQIAP+. É a mais nova de cinco irmãos. Atualmente está cursando Serviço Social e Saúde Pública. Começou a trabalhar aos 15 anos em um estágio e nos dias de hoje é bolsista na universidade onde estuda, na qual faz monitoria e pesquisas.

Laura (24 anos): nasceu em Santa Catarina. Tem quatro irmãos e atualmente trabalha como psicóloga clínica.

Interlocutora da pesquisa: Eu, Jéssica (26 anos), mulher, cisgênero, catarinense. Sou graduada em Psicologia com bolsa de estudos. Tenho duas irmãs mais novas. Iniciei meu interesse pelos estudos de gênero após vivenciar e presenciar inúmeras desigualdades e desvalorizações envolvendo as mulheres. Já durante a graduação estagiei em um CRAS, lugar que me permitiu compreensões ainda mais pungentes sobre interseccionalidade. Com o diploma nas mãos, tive a oportunidade de trabalhar em um CREAS, onde acompanhei famílias com mulheres em situações de violência. Em meu próprio núcleo familiar, durante o período de mestrado, vivenciei situações que me colocaram diante de violências de gênero. Todas essas experiências, juntamente dos estudos e pesquisas que realizei, direcionaram meu olhar como analista do discurso nas interpretações realizadas a seguir.

3.5 Vestidos e saias na demarcação da identidade mulher.

O vestido, juntamente da saia, apareceu relacionado ao vestuário da mulher na narrativa das oito participantes do estudo. Antes tidos como peças obrigatórias para Ana (92 anos), Gabriele (84 anos), Helena (75 anos), e Maria (69 anos), aos poucos perderam espaço em seus vestuários para a calça.

Referindo-se às lembranças de como eram as roupas que utilizou em sua juventude Ana (92 anos) nos conta:

– Ah, homem **sempre** calça comprida e mulher saia, isso **sempre se usou**, por muito tempo, antes né? (grifo nosso)

“*Sempre*” na fala de Ana, se remete ao sentido de exclusividade. Independentemente de qual fosse a ocasião ou o ambiente, seja ele público ou doméstico, a conduta da vestimenta para a mulher abrangeria vestido ou saia. Outro sentido, é o de continuidade no tempo, pois embora as mulheres tenham passado a usar calças também, não quer dizer que a saia deixou de estar a elas vinculada.

Quando diz: “*se usou*”, quer dizer que não apenas Ana usava, mas era um consenso que mulheres utilizassem saias. Neste ponto, o discurso de Ana encontra-se com o cenário cultural da época, no qual o significado atribuído ao que é uma roupa de mulher compreendia quase que unicamente, o vestido e a saia, compondo o repertório de vestimentas juntamente das peças de cima.

Gabriele (84 anos), ao falar de suas roupas da juventude também enfatiza:

– Sempre vestido, sempre, sempre, sempre.

Referindo-se à sua infância:

– A gente usava vestidinho, sainha com blusinha e os meninos usavam a maioria era essa roupinha, calça e camisinha, né (Gabriele, 84 anos)

Quando entoava “a gente”, ela assinala sua posição de sujeito junto das meninas, as quais distinguem-se dos meninos em razão da vestimenta utilizada. Logo, observamos como a roupa é acionada para marcar uma posição identitária. O discurso de Gabriele demonstra como percebia essas classificações em sua

infância, as quais denotam a heteronormatividade presente na conduta de vestimenta. Sobre isso, Judit Butler (2003) nos explica, a partir de suas teorizações, que a coerência “homem” e “mulher” exige uma matriz de inteligibilidade heteronormativa. Um sistema de coerência dentro do qual os sentidos são articulados de modo a regular o gênero como uma relação binária restrita a masculino e feminino conforme o desejo heterossexual. Nas palavras da autora:

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual (BUTLER, 2003, p. 45).

O processo de organização social das identidades normatiza uma concordância entre o sexo, gênero e desejo, a exemplificar: vagina-mulher-heterossexualidade; pênis-homem-heterossexualidade. Ou seja, esse sistema faz crer que devemos ser o que nossas genitálias informam, e para além disso, que precisamos corresponder a uma série de expectativas sociais estipuladas em torno de nosso gênero, dentre elas, as adequações do vestuário. É como se o feminino só pudesse se afirmar relacionalmente diante do masculino, e vice e versa. Tal como se evidencia na fala de Gabriele, que para falar sobre o que vestia enquanto menina, menciona como era o vestuário dos meninos. Isto é, as meninas tinham que usar vestidos e os meninos “calça e camisinha”. Apesar de esta ser uma fala da entrevistada referindo-se a como eram as coisas em seu tempo de criança, há mais de 75 anos, chama atenção o quão atual ela é. Tomemos como paralelo a fala da Damares Alves, ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, proferida durante o período no qual esteve em exercício do cargo.

É uma nova era no Brasil, meninos vestem azul e meninas vestem rosa (ALVES, 2019).

Observamos na sua frase a operação do mesmo sistema de coerência presente na narrativa de Gabriele, o qual remete a uma divisão binária dos comportamentos de vestuário com base no sexo. Porém, enquanto Gabriele está apenas contando sobre como essas classificações se deram em sua infância, dizendo sobre algo que sempre esteve lá, naturalizado, Alves (2019), ao entoar sua frase, o faz propositalmente, buscando reafirmar esse sistema de coerência. “É uma

nova era no Brasil”, isto é, uma nova era que recupera algo que vinha se transformando. É de se considerar ainda, que a religião de Damares exerce influência na formação discursiva na qual se filia, pois enquanto pastora evangélica, ela utiliza do discurso da “moral e dos bons costumes”, adotado por determinadas vertentes religiosas, para posicionar-se contra pautas minoritárias.

Orlandi (2007), nos apresenta que os sentidos das palavras nem sempre estão explícitos na enunciação, ou seja, eles deslizam para além. Desse modo, a leitura da AD

[...] consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro modo, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária [...] porque [...] só uma parte do dizível é acessível ao sujeito pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras (ORLANDI, 2007, p. 34).

Além do que está explícito no enunciado da ex-ministra Damares sobre a determinação de vestimentas consideradas apropriadas conforme o sexo, há outros sentidos, que envolvem a retirada de direitos da população LGBTQIAP+. Situando no contexto no qual o discurso foi enunciado, de ascensão de um governo conservador¹⁷, a frase incute o preconceito e a marginalização desta população (FILGUEIRAS; AZEVEDO, 2019).

Retornando para as narrativas das participantes do estudo, similarmente às demais entrevistadas idosas, Helena (75 anos) verbalizou:

– Usava muito vestido naquele tempo (referindo-se à sua juventude). **As pessoas não usavam calça**, quem usava calça era só homem. (grifo nosso)

Helena fala de si mesma, que usava “muito vestido”, se incluindo dentre as pessoas, as quais distingue dos homens. Este trecho foi retirado de uma fala precedida de assuntos que abrangeram segredos em sua adolescência, envolvendo a confecção de sutiãs realizados com uma amiga, escondidos da mãe. Considero, portanto, que se tratou de tema íntimo, o qual narrou em entrevista para mim, uma mulher. Uma vez que, “pessoas” pode ser atrelada à noção de personalidade, poderia estar se referindo àquelas de quem era próxima, as mulheres com as quais convivia, com quem se identificava. Já o homem, como aquele que usava calça, é colocado

¹⁷ O governo de Jair Bolsonaro, cuja campanha e mandato se baseou em discursos conservadores, teve início no dia 01/01/2019 e término em 31/12/2022.

bem distante da posição de sujeito na qual Helena se situa, o que coincide com outros pontos de sua narrativa, quando fala sobre o pai que decidia o destino da família e simplesmente informava às mulheres e que exigiu que se casasse, embora não fosse seu desejo.

É de se considerar que o fato de eu ser uma mulher interferiu nas escolhas das entrevistadas do que falar e para quem falar, ouvi histórias que dificilmente seriam direcionadas a um homem. Além disso, minha própria presença no outro lado da tela já endereçava uma narrativa e influenciava o que poderia ou não ser dito conforme a entrevista se configurava. Tal como Orlandi (2007, p. 09) nos apresenta: “[...] não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e com o político.”

A calça é salientada nas narrativas de Ana (92 anos), Gabriele (84 anos), Helena (75 anos) e Maria (69 anos) como aquela que, aos poucos, substituiu o vestido e as saias. Segundo Laver (1989), foi nos anos de 1960 que a moda sofreu influência da contracultura e das reverberações impulsionadas pelo movimento feminista pós-década de 1950. As mulheres adentraram ambientes anteriormente destinados somente aos homens. De maneira geral, as reivindicações por igualdade social fizeram com que o universo da vestimenta feminina se abrisse e aderisse cada vez mais ao vestuário, até então, considerado masculino (as calças).

– Aí a calça foi depois dos anos 50, eu já tinha mais de 20 anos (Ana, 92 anos).

– Depois de muito tempo (após sua adolescência), muito tempo, nem lembro... Aí que começou a usar o jeans (Helena, 75 anos, referindo-se às calças jeans).

– Eu já fui trabalhar com 15, 16 anos, meu primeiro emprego fora. Então eu sempre tive a minha roupa do dia a dia, de trabalho, era mais simples. Eu me lembro sempre de vestido, não tinha uma calça para ir trabalhar. Eu não usava calça eu acho, fim de semana, muito difícil, muito difícil. (Maria, 69 anos).

– [...] as mulheres passaram a usar calça, calça comprida por excelência! (Gabriele, 84 anos referindo-se temporalmente a quando tinha entre 30 e 40 anos, isto é, na década de 1970)

Nota-se que as mudanças nas estruturas sociais reverberaram nas vestimentas e a conduta do vestuário feminino se flexibilizou passando a abranger também as calças. Foi então que as mulheres passaram a usar “*calça comprida por excelência!*” como nos assinalou Gabriele, quer dizer, não só elas aderiram ao uso de calças compridas, como passaram a utilizá-las em primazia, mais do que as saias e os vestidos.

Apesar do uso das calças deslocar os signos do vestuário da mulher que perduravam anteriormente, isso não aconteceu sem embates. Conforme a fala de Ana (92 anos), podemos perceber que, no tempo de sua juventude, havia locais nos quais a calça não parecia ser bem-vista:

– [...] não usava calça comprida para trabalhar, só vestido. Então **eu tinha que andar de acordo com a moda que o banco, diretor, exigia**. Não gostava de mulher casada, quando casava tinha que deixar o banco e a moda não tinha calça comprida. (grifo nosso)

Há um código de conduta de vestimenta relativos a ofícios e instituições. No que se refere aos bancos, eles costumam exigir dos funcionários roupas sociais e conservadoras. No caso específico de Ana, a vestimenta permitida pela instituição não abrangia calça comprida. Talvez por ser considerado demasiado subversivo, o uso da calça era malvisto, pois como verificamos, seu advento se deu vinculado a movimentos sociais reivindicatórios, que procuravam romper com os padrões culturais vigentes naquele período. Conforme nos explica Filgueiras e Azevedo (2019) uma vez que a relação sujeito/ideologia não pode ser separada, o sujeito sempre estará interpelado por uma formação ideológica, o que acontece é que ele pode se desfiliar de uma e se inscrever (se identificar) em uma nova. Como fundamenta Althusser (2019, p. 149):

Pode-se dizer que a ideologia (as ideias) que age (prática ideológica) para transformar a “matéria-prima” existente, ou seja, as ideias (a ideologia) que atualmente dominam as consciências, nada mais faz do que transferir as referidas “consciências” da dominação da antiga ideologia para a nova.

Desse modo, a partir do discurso de Ana (92 anos), vemos manifestar nas mudanças dos componentes do vestuário, movimentos de ruptura e de ascensão de

uma outra base ideológica, que ao reivindicar direitos e igualdades para as mulheres, balançou as estruturas sociais promovendo deslocamentos.

Em contrapartida, na narrativa das entrevistadas mais jovens deste estudo, o uso da calça não se filiou ao sentido de subversão, mas foi relacionado à noção de praticidade e conforto. Atualmente, a utilização da peça foi incorporada e ela é amplamente utilizada pelas brasileiras:

– Eu nunca fui de usar vestido também, que eu me lembre era mais calça, bermuda. (Laura, 24 anos)

– [...] dentro do dia a dia é mais calça e blusa. (Julia, 49 anos.)

No que se refere aos vestidos e saias, embora tenham perdido o protagonismo no guarda-roupas das mulheres¹⁸, continuam sendo um signo de seu vestuário, como se evidencia na fala de Elise (58 anos).

– [...] se você põe um vestido, você já tem que pensar no calçado que você vai usar, num brinco, num colarzinho, porque **você fica mais feminina, então** você precisa de mais adornos (Elise, 58 anos).

Em sua narrativa, percebemos o vestido como aquela peça que torna a mulher mais feminina. Logo, ele é uma roupa acionada para fazer semblante, para demarcar a posição identitária mulher. No que se refere à questão da necessidade de mais adornos, Naomi Wolf (1992), apresenta que as preocupações das mulheres em torno da beleza são cobranças sociais tão pungentes que as influenciam a despendem de muito mais tempo, dinheiro e energia para corresponderem aos ideais sociais de feminilidade. Neste ponto, além de ganhar menos, em razão das desigualdades salariais, elas costumam ter mais gastos com roupas, maquiagem, acessórios e procedimentos estéticos.

Similarmente, no discurso de Alice (34 anos), o vestido aparece como relacionado à feminilidade. Enquanto mulher trans e militante LGBTQIAP+, ela expressa como por vezes se via capturada reproduzindo estereótipos de gênero presentes no cenário cultural:

¹⁸ Exceto para aquelas pertencentes a religiões que proíbem o uso de calça para as mulheres.

– Diariamente, no meu dia a dia, eu quero praticidade, diferente de antes, do início de transição. No início da transição para eu sair de casa para tomar um café com uma amiga, eu tinha que ir de salto, não importa se era manhã, tarde ou noite, **porque eram os estereótipos que eu tinha que utilizar, pra reafirmar quem eu sou, entende? Perante a sociedade. Então eu usava muito salto, muita minissaia, muito vestido né.** Hoje em dia não, hoje em dia eu sou muito mais de uma legging preta.

Em decorrência da matriz de inteligibilidade heteronormativa que perdura em nossa sociedade, a qual já referimos a partir de Butler (2003), que regula um gênero inteligível¹⁹, os corpos e subjetividades que não se enquadram em tais classificações sofrem processos de opressão. Até mesmo no que tange ao vestuário, para as mulheres trans, as cobranças envolvendo as roupas são ainda maiores:

– [...] pelas questões sociais, cobranças psicológicas, **o próprio psicológico acaba às vezes te submetendo a isso por influência da mídia, a padronizações do que é o ser mulher. Aí eu acabo tipo: “Não, mas eu acho que eu tenho que usar um vestido para...”, aí depois, naquele dia eu uso, aí me bate o arrependimento** e eu compreendo, gente eu não posso porque eu tô me afrouxando e querendo seguir um projeto de sociedade que eu tô lutando contra, então tem dias assim, tem altos, tem baixos (grifo nosso).

Como discorremos com base em Orlandi (2007), uma vez que os sujeitos enquanto falantes, são assujeitados e estão sempre inseridos em uma formação ideológica, por vezes são capturados e reproduzem, sem se dar conta, padrões e fundamentos da ideologia na qual estão inseridos. Nas palavras de Alice vemos como isso ocorre, pois ao mesmo tempo em que se filia a uma formação discursiva que contraria estereótipos de gênero, está inscrita em uma sociedade que se organiza a partir deles. Em concordância com Ferraz (2019, p. 67): “O sujeito, pela teoria da subjetividade de Pêcheux, não é senhor de si mesmo, mas também não está fadado a permanecer em determinada posição. O sujeito poderá se deslocar de uma posição para outra.” Quer dizer que, embora sejamos interpelados pela ideologia, há algum espaço para deslocamentos e transições, que ao se difundirem, criam outras formações discursivas e possibilitam romper com rituais ideológicos.

Nessa perspectiva, notamos que Maria (69 anos), uma vez inserida em um contexto no qual o uso das calças por mulheres tornou-se comum, espanta-se ao olhar para as roupas que utilizava em sua juventude. No presente, se dá conta de como a utilização dos vestidos e das saias era naturalizada, a tal ponto que era

¹⁹Aquele que se enquadra em uma concordância entre sexo gênero e desejo heterossexual.

repetida sem questionamentos. Durante nossa entrevista, quando perguntei como se protegia do frio (uma vez que havia relatado em entrevista que usava somente vestidos e calças quando jovem), respondeu:

– Casaco, em cima do vestido. Um casaco, um vestido com casaco. **Olha que aquela cidade era fria hein, meu Deus. Será... Será que a gente não tinha...** A gente usava muito aquelas meias, meia-calça bem grossa, isso lembro, lembro, meia-calça marrom, preta, usava com uma roupa mais escura, um vestido mais escuro, era meia preta bem grossa no inverno né. **Eu acho que era isso que devia ajudar.** Olha que você está me fazendo perguntas que a gente, tipo nunca pensou, eu acho que nunca pensei. **Porque que eu não usava (referindo-se a calças), por quê? Como é que eu me defendia do frio? tinha que ter alguma coisa né, mas eu não lembro, não lembro** (grifos nossos).

Diante da fala: “Olha que aquela cidade era fria hein, meu Deus (referindo-se à cidade onde morava)”, a expressão “olha” foi encadeada em um deslocamento de sua própria atenção para a percepção de que a cidade na qual morava era fria, e mesmo assim, o que utilizava eram vestidos, que não são eficazes para aquecer em dias frios. “Será... Será que a gente (aqui, o discurso que estava no singular passa para o plural, pois a experiência vivenciada por Maria abrange as mulheres enquanto coletivo, e ela se situa no interior desse coletivo que seguia a mesma conduta de vestimenta) não tinha...” ela expressa dúvida e em seguida faz um trabalho de memória na busca de recuperar informações sobre como se vestia para se abrigar do frio, quais eram as roupas que tinha para o inverno. Por fim, recorda-se que utilizava meia-calça.

Maria verbalizou que lhe fiz perguntas sobre as quais nunca se deteve a analisar. Nesta perspectiva, a construção da narrativa atua na própria ressignificação das suas memórias relacionadas às roupas, pois ao refletir acerca dos signos do vestuário da mulher, agora tensionados pelo presente e pelas minhas indagações, aquilo que um dia esteve naturalizado em sua repetição é deslocado, e lhe permite configurar novos sentidos. Isso a leva a se questionar: “Porque que eu não usava (referindo-se às calças), por quê? Como é que eu me defendia do frio?”. Neste interim, é possível observar como as roupas atuam na demarcação de posições identitárias de gênero, elas tornam-se tão engendradas às práticas sociais que são naturalizadas. Desse modo, percebemos como a ideologia e o inconsciente operam neste processo, ou seja, ocultando a si mesmos, nas palavras de Magalhães e Mariani (2010, p. 404) “apagando, parcialmente, o funcionamento do processo

significante na constituição da subjetividade.” Assim, é como se fosse lógico, algo da ordem do natural o fato de mulheres utilizarem vestidos ou saias. Não precisava ninguém dizer que tinha que ter que ser dessa forma, esse comportamento era repetido sem que Maria se desse conta, e a cada repetição, era reificado.

3.6 Considerações finais

As análises discursivas efetuadas sinalizaram que nos constituímos como sujeitos em uma cultura por intermédio da linguagem. Em virtude do vazio que marca nossa precariedade, somos sujeitos ao discurso do Outro e nos alienamos à cadeia significante a partir das identificações. Neste sentido, é perante o real do sexo que o sujeito se posiciona respondendo ao desejo do Outro, desempenhando um semblante, performando um gênero. Para dar essa resposta ao Outro, o sujeito recorre a insígnias presentes na cultura. Neste sentido, as roupas são um dos recursos acionados para demarcar a posição identitária mulher.

Por intermédio das narrativas das participantes desse estudo, observamos materializados nos componentes de vestuário, consensos sociais envolvendo os signos de gênero. Determinadas peças, cores e tecidos são atreladas à figura da mulher e tornam-se tão engendradas às práticas sociais que são naturalizadas. Essa naturalização nos diz sobre uma ideologia que opera divisões conforme o sexo.

Uma peça de roupa não se restringe a sua utilidade, ela vem carregada de uma dimensão simbólica. Por isso, ela nos possibilita captar nuances do contexto cultural no qual é usada e significada. E, como percebemos pelas narrativas das participantes deste estudo, é possível concluir que se trata de um contexto permeado por desigualdades de gênero, que se materializam e se repetem a partir dos códigos de vestimenta.

4 MULHERES E AS REGULAÇÕES SOCIAIS DO QUE (NÃO) VESTIR

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as regulações presentes no vestuário da mulher a partir de uma leitura intergeracional. Para tanto, recorreremos à narrativa de oito mulheres, nascidas em diferentes décadas, as quais entrevistamos por meio da metodologia de História Oral. Para análise das entrevistas, utilizamos os preceitos da Análise de Discurso (AD). Optamos por focar nossa análise nas instituições que materializam e reproduzem uma ideologia sexista, a qual atravessa gerações à medida em que se atualiza em nossa memória discursiva e reverbera em normatizações envolvendo as roupas das mulheres. Nesse sentido, a partir dos postulados de Althusser (2019) aplicados ao campo discursivo, chegamos à compreensão de que os Aparelhos Ideológicos de Estado desempenham a função de assegurar a reprodução dessa base ideológica, embora também haja possibilidade para deslocamentos nessas mesmas instituições. Com efeito, as regulações presentes no vestuário da mulher se mostraram demasiado complexas e imbricadas, dentre suas relações estão a vigilância dos corpos, o controle da sexualidade e uma cultura do estupro na qual elas vivem em constante insegurança.

Palavras-chaves: gênero, vestimenta, Análise de Discurso, regulações sociais.

4.1 Análise de Discurso: Dispositivo teórico metodológico.

Este artigo tem como objetivo analisar as regulações presentes no vestuário da mulher a partir de uma leitura intergeracional. Desse modo, recorreremos à narrativa de oito mulheres, as quais entrevistamos por meio da metodologia de História Oral (ALBERTI, 2004; PORTELLI, 1997). As entrevistas ocorreram no ano de 2021, através da plataforma digital google *meet*. A seleção das participantes se deu pelo método de conveniência, no qual as integrantes são selecionadas por estarem acessíveis e disponíveis à pesquisadora (MAYER, 2016; MORESI, 2003.) Oito mulheres foram entrevistadas ao total; com idades de 24, 34, 49, 58, 69, 75, 84 e 92 anos, nascidas em distintos lugares, advindas de classes sociais variadas, sete delas cisgênero e uma transgênero.

A análise das entrevistas com as participantes do estudo foi realizada a partir da metodologia de Análise de Discurso (AD), a qual ocupa-se de estudar o discurso, isto é, a língua fazendo sentido. Trata-se de uma proposta que trabalha no entremeio da Psicanálise, do Materialismo Histórico e da Linguística, quer dizer, ela investiga o discurso numa perspectiva que contempla estas três disciplinas

(ORLANDI, RODRIGUES, 2006). A Psicanálise nos mostra que o sujeito é dividido, ele é marcado pelo vazio que advém da castração simbólica que instaura a falta constitutiva a partir da qual ele é inserido na linguagem. Quanto ao Materialismo histórico, temos que a história intervém na língua e exerce influência sobre o processo de constituição dos sentidos. Já a Linguística propaga que a língua não é transparente. Ferreira (2010, p.08) elucida que:

[...] o sujeito, ao ser constituído pela linguagem, encontra nela sua morada e disso decorre uma marca do sujeito enquanto efeito de linguagem. Por outro lado, ao sofrer a determinação da ideologia, por via da interpelação, o sujeito se configura como assujeitado. E por ser também um sujeito do inconsciente, descontínuo por excelência e que se ordena por irrupções pontuais, esse sujeito se mostra como desejante.

Desse modo, o sujeito enquanto descentrado, se define a partir de um embate com o Outro²⁰ que o constitui, e é pela linguagem que ele reiteradamente procura completar-se imaginariamente. Outrossim, os indivíduos são desde sempre interpelados como sujeitos, ou seja, são afetados por uma ideologia, pelas circunstâncias históricas que os circundam.

Nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como estrutura mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história (ORLANDI, 2007, p. 19).

Assim, o sujeito considerado para nossas análises é um sujeito descentrado, constituído e atravessado pela linguagem, portanto assujeitado à ela, mas ao mesmo tempo, ele é *sujeito da* língua, pois também pode se apropriar dela para subverter significados e romper com rituais ideológicos. Por ser afetado pela história, quando enuncia, o sujeito faz referência a um acúmulo de memória, ao interdiscurso, isto é, a um conjunto de já-ditos, os quais interferem nos sentidos e significados, uma vez que há uma memória discursiva que dá acesso a eles.

Memória discursiva é um dos conceitos que dão consistência ao aparato teórico da Análise do Discurso (AD), uma vez que indica como as palavras produzem sentido pelo processo histórico e social de produção da linguagem. Os discursos resultam de processos de significação que se

²⁰ O grande Outro com "O" maiúsculo é o Outro do simbólico, da linguagem, do inconsciente. Já o pequeno outro é o semelhante, o imaginário. O Outro do discurso do inconsciente sempre está presente na relação do sujeito com o outro, seu semelhante (QUINET, 2012).

fazem pela linguagem e pela história, apresentam, portanto, uma memória que recupera do interdiscurso os dizeres que já foram ditos antes, em outro lugar e independente deste dizer que é atualizado no momento da enunciação (FERNANDES, 2001, p. 207).

A memória discursiva movimenta-se entre os eixos vertical e horizontal, ela recupera a palavra no interdiscurso e permite sua atualidade no intradiscurso a partir da enunciação. Considerando que “a linguagem é o tecido da memória”, tal como nos apresenta Courtine (2006, p. 09), analisaremos as regulações presentes no vestuário da mulher tendo como enfoque instituições que materializam e reproduzem uma ideologia sexista, a qual atravessa gerações à medida em que se atualiza em nossa memória discursiva. Para tanto, recorreremos aos postulados de Althusser (1996), que aplicados ao campo da Análise de Discurso, nos permitem pensar o sujeito ideológico na materialidade específica da língua (FONTANA, 2014).

4.2 Informações sobre as participantes do estudo:

A seguir, será apresentada uma caracterização de cada integrante do estudo com base nas informações obtidas sobre as participantes durante as entrevistas.²¹ As descrições são mais ou menos detalhadas em razão do que cada uma falou sobre si durante os encontros virtuais realizados para este estudo. A identidade das mulheres foi preservada a partir da utilização de nomes fictícios, seus discursos aparecerão no texto acompanhados de sua respectiva idade.

Cabe destacar ainda, que embora consideremos a singularidade de cada uma das entrevistadas, as quais advém de distintos lugares e que em razão de suas idades e vivências particulares trazem características únicas em suas narrativas, neste artigo, centramos nossas análises em aspectos comuns que observamos atravessar os discursos de todas elas.

²¹Destacamos que para a realização do estudo foram respeitados os preceitos da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde que dispõe de diretrizes e normas de pesquisas que envolvem seres humanos, as quais “devem atender aos fundamentos éticos e científicos pertinentes”. Desse modo, a pesquisa que deu origem a dissertação foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Univille mediante o parecer consubstanciado e aprovado nº 4.557.758.

Ana (92 anos): nasceu no Rio Grande do Sul, onde residiu até 2021, período que passou a residir em Santa Catarina. Começou a trabalhar aos 13 anos, costurando, posteriormente, fez concurso para um banco onde trabalhou até se casar, aos 27 anos. Após o matrimônio, seu labor passou a ser o da vida doméstica e o cuidado com os filhos.

Gabriele (84 anos): nasceu em uma cidade do interior de Santa Catarina, casou-se aos 17 anos, teve quatro filhas e um filho que faleceu. Durante sua trajetória de vida, trabalhou em casa, com afazeres domésticos e cuidados dos filhos, além disso, teve o que chamou carinhosamente de uma loja de modinhas. Viajava para São Paulo, Gramado e Rio Grande do Sul para buscar roupas para sua loja.

Helena (75 anos): Nasceu em um sítio no interior de Santa Catarina, veio de uma família grande, possuía 06 irmãs e 06 irmãos. Trabalhou desde muito pequena, era a segunda mais velha dos filhos, cuidava dos irmãos menores e da cozinha enquanto os pais iam para a roça. Quando tinha 13 anos de idade, seu pai decidiu que iriam se mudar para uma cidade maior, foi quando começou a trabalhar de faxineira para ajudar nas despesas domésticas. Casou-se aos 24 anos, foi a mais velha a se casar dentre as irmãs, embora “não estivesse muito a fim”, tal como verbalizou, sentiu-se pressionada pelo pai, que tinha um comportamento rígido e lhe impunha muitas restrições. Após a união e a chegada de seus dois filhos, assumiu o trabalho doméstico e se dedicou à casa e à família. Helena foi casada por 30 anos, seu marido faleceu há aproximadamente 23 anos.

Maria (69 anos): nasceu em uma cidade no interior de Santa Catarina, após se aposentar, mudou-se para o litoral catarinense. Vem de uma família com 4 irmãs e um irmão. Trabalhou como alfabetizadora em uma escola particular de uma empresa, casou-se aos 19 anos e teve uma filha.

Elise (58 anos): nasceu em uma cidade do interior do Paraná. Foi a caçula de doze irmãos. Começou a trabalhar aos 18 anos em um posto de saúde e aos 20 mudou-se para uma cidade um pouco maior. Conta que essa foi uma época complicada, teve dificuldade para encontrar trabalho, estava grávida e era mãe solteira, o que era motivo para julgamentos nesse período. Casou-se aos 24 anos,

fez magistério e logo que começou a estudar iniciou o trabalho como professora. Atualmente faz cinco anos que é aposentada. Tem um companheiro e dois filhos, um de 38 anos e o outro de 24 anos.

Júlia (49 anos): nasceu no interior de Santa Catarina, quando tinha 3 anos de idade a família se mudou para uma cidade um pouco maior, pois o pai não queria que suas filhas (eram quatro meninas) trabalhassem na lavoura. Quando terminou o ensino médio não teve oportunidade de continuar os estudos, então começou a trabalhar. Depois disso, casou-se e teve dois filhos, separou-se do primeiro marido e hoje está no segundo casamento. Considera que teve filhos nova. Assim que teve condições, fez um curso de graduação à distância e uma especialização em planejamento e gestão de trânsito, sendo esta a área na qual atua até hoje. No intervalo entre o primeiro e o segundo casamento graduou-se em Psicologia.

Alice (34 anos): nascida em Santa Catarina é mulher trans e militante LGBTQIAP+. É a mais nova de cinco irmãos. Atualmente está cursando Serviço Social e Saúde Pública. Começou a trabalhar aos 15 anos em um estágio e nos dias de hoje é bolsista na universidade onde estuda, na qual faz monitoria e pesquisas.

Laura (24 anos): nasceu em Santa Catarina. Tem quatro irmãos e atualmente trabalha como psicóloga clínica.

Interlocutora da pesquisa: Eu, Jéssica (26 anos), mulher, cisgênero, catarinense. Sou graduada em Psicologia com bolsa de estudos. Tenho duas irmãs mais novas. Iniciei meu interesse pelos estudos de gênero após vivenciar e presenciar inúmeras desigualdades e desvalorizações envolvendo as mulheres. Já durante a graduação estagiei em um CRAS, lugar que me permitiu compreensões ainda mais pungentes sobre interseccionalidade. Com o diploma nas mãos, tive a oportunidade de trabalhar em um CREAS, onde acompanhei famílias com mulheres em situações de violência. Em meu próprio núcleo familiar, durante o período de mestrado, vivenciei situações que me colocaram diante de violências de gênero. Todas essas experiências, juntamente dos estudos e pesquisas que realizei, direcionaram meu olhar como analista do discurso nas interpretações realizadas a seguir.

4.3 Regulações presentes no vestuário da mulher

A partir da análise de discurso das falas das nossas entrevistadas verificamos regulações em torno de uma conduta de vestimenta específica a ser usada em determinadas instituições.

No que se refere às instituições religiosas, se destacam as seguintes narrativas:

– [...] pra ir na missa não podia ser um vestido decotado ou transparente, **tinha que** ser abaixo do joelho. (Elise, 58 anos)

– [...] as minhas roupinhas eram todas decentes, **que eu ia muito na igreja, ia muito na igreja então eu gostava de roupas decentes** e o meu marido também gostava né, então para fazer a vontade dele também e a minha, eu também gostava de roupa decente, eu fazia minhas roupas ou comprava decentes, né? (Gabriele, 84 anos, referindo-se à quando tinha por volta de 30 anos)

– [...] **tinha que** ir à missa com um vestido não decotado demais, fechado, decote fechado, senão, não era direita. Senão ela (se referindo à tia que lhe comprava roupas) dizia que era perdida (Ana, 92 anos, referindo-se ao período de sua adolescência).

A expressão “tinha que” nas falas de Elise e de Ana, nos indicam que se tratava de uma obrigatoriedade para as mulheres tomar cuidado com o vestuário. Conforme Ana nos conta, caso utilizasse um decote maior, não seria considerada “direita”, seria tida como “perdida”. Diante das expressões “direita” e “perdida” remetidas à inadequação de usar um vestido que expusesse o corpo mais do que o permitido, percebemos que a roupa poderia servir tanto para desqualificar uma mulher quanto para assegurar seu status social, uma vez que, dependendo da veste utilizada, causava certas impressões que eram lidas conforme o que se convencionava apropriado. Tal como se evidencia no discurso de Gabriele, que ao fazer uso de roupas “decentes” procurava passar essa imagem para o marido e para a igreja.

– [...] eu nunca usei roupa decotada e nem curta, nunca. As minhas roupas eram roupas decentes, até hoje, tô velhinha tudo, mas a minhas roupinhas são roupinhas decentes (Gabriele, 84 anos)

Chama-nos atenção como uma peça de roupa adquire esse poder – o de dizer se uma mulher é “direita”, “perdida” ou “decente”. É certo que existe uma normatização das roupas independente do gênero, no que concerne à classe social, vestimentas apropriadas para determinados ambientes ou ocasiões e mesmo relacionadas a determinados contextos, no entanto, me parece que as regulações acerca das roupas das mulheres são muito mais pungentes e relacionadas a padrões de gênero e sexualidade.

Desse modo, é que as regulações do vestuário dizem sobre uma ideologia sexista, a qual apareceu no discurso das participantes de diferentes gerações. Conforme postula Orlandi (2007, p. 48) “Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido”. Para enunciar, é necessário ao sujeito acionar significantes já postos, os quais vêm carregados de sentidos, que também podem ser tensionados, pois uma vez que não há equivalência entre as palavras e as coisas, isto é, que a linguagem como tal, é um lugar de falta e de falhas, os sentidos podem sempre deslizar. O sujeito fala interpelado por uma ideologia e atravessado pelo inconsciente, de modo que haverá sempre uma opacidade sobre si mesmo e sobre o que significa em suas palavras. Em concordância com Magalhães e Mariani (2010, p. 404), o sujeito:

[...] não se percebe constituído pelo Outro, por essa rede de significantes que o constituiu. Ou seja, nós nos pensamos espontaneamente como origem de nossos pensamentos, atos e palavras.

Destarte, é que, por vezes, as regulações da vestimenta podem se tornar tão naturalizadas, que quando nos vestimos de determinada maneira e não de outra, frequentemente, não nos damos conta de que o fazemos dentro de uma dada conjuntura sócio-histórica, na qual nos filiamos a uma rede de significação.

O discurso das entrevistadas nos demonstra como o ambiente religioso demanda das mulheres maiores preocupações com a vestimenta. A igreja aparece como diretamente relacionada à uma moralidade, para ilustrar, retomemos a fala de Gabriele (84 anos): “*que eu ia muito na igreja, ia muito na igreja então eu gostava de roupas decentes*”. A instituição religiosa, enquanto tal, é responsável pela materialização de práticas ideológicas. Segundo Althusser (1996), é por intermédio

dos Aparelhos Ideológicos de Estado²² (AIEs), quer dizer, de instituições distintas e organizadas, públicas e privadas, que a ideologia dominante costuma ser reproduzida, embora também haja possibilidade para deslocamentos nesses mesmos espaços. Dentre as instituições estão: as religiosas, escolares, familiares, culturais, políticas, jurídicas, sindicais e da informação.

[...] os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam maciça e predominantemente pela ideologia, mas também funcionam secundariamente pela repressão, ainda que, no limite, mas somente no limite, esta seja muito atenuada e escondida, até mesmo simbólica. (Não há algo que se possa chamar de aparelho puramente ideológico.) Assim, as escolas e igrejas dispõem de métodos adequados de punição, expulsão, seleção etc, para "disciplinar" não apenas seus pastores, mas também seus rebanhos. O mesmo se aplica à família... E o mesmo se aplica ao AIE cultural (censura, entre outras coisas) etc. (ALTHUSSER, 1996, p. 116)

Além de veicular uma ideologia, os AIEs reprimem comportamentos que neles não se enquadram, através de punições e até mesmo de expulsões. Somadas às proibições em torno da vestimenta vivenciadas no âmbito da igreja, as entrevistas nos trouxeram informações sobre constrangimentos envolvendo as vestes em uma instituição educativa, a qual também tinha viés religioso, por tratar-se de um colégio de freiras:

– Eu lembro, nós estudávamos no colégio da Freira, das Freiras, tínhamos uma saia pregueada azul marinho e a camisa branca, uma gravatinha, uma gravatinha azul marinho. E muitas vezes **as freiras faziam a gente ajoelhar no degrauzinho para ver se ela batia, se a saia batia no joelho. A gente tinha que ajoelhar pra saia bater no joelho, se fosse mais curta já nem deixava entrar no colégio.** (Maria, 69 anos, referindo-se à sua adolescência [grifo nosso]).

O discurso de Maria evidencia a repressão simbólica a qual Althusser (1996) se refere quando discorre sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. A instituição utiliza de uma violência que parece sutil, uma vez que é naturalizada em razão da ideologia. Apesar de Maria ter falado sobre o assunto com aparente tranquilidade, me saltou aos olhos a coerção presente em sua narrativa: "**as freiras faziam a gente ajoelhar no degrauzinho, para ver se ela batia, se a saia batia no joelho**". Perante isso, observamos nitidamente a operação de um discurso disciplinar sobre o corpo da mulher. Ainda segundo Althusser (1996), um aparelho ideológico atua de tal feita,

²² Juntamente dos Aparelhos Repressivos de Estado.

que o sujeito, ao reproduzir as práticas prescritas pela instituição, crê estar agindo conscientemente, conforme suas próprias crenças. Por esse motivo, é que muitas vezes ele não se percebe afetado pelas pressões dessas regulações. Embora a fala da entrevistada diga sobre uma obediência, devemos considerar que os sujeitos também rompem com as normas e fazem outros usos da linguagem, a exemplificar as personalizações e subversões que estudantes fazem de uniformes. Retornando à situação narrada por Maria, sua fala nos fez notar como uma peça de roupa, uma saia de uniforme, pode se tornar um objeto acionado para causar constrangimento nas adolescentes e definir se podem ou não entrar no colégio.

No que tange à instituição familiar, observamos no discurso de Julia (49 anos), a figura do pai como aquele que fazia cobranças acerca do vestuário das filhas, aprovando ou desaprovando suas roupas.

– Meu pai nunca gostou que a gente usasse minissaia, e... blusas mais curtas, assim sabe. Ele sempre brigou, ele não gostava e pronto sabe. Não tinha essa questão de... Até hoje assim, eu acho que, ele... com o tempo ele mudou bastante, ele amadureceu, ele mudou alguns conceitos dele, mas ele não... ele não gosta disso não, então sabe. Então acho que em questão de respeito a gente não... acaba não usando e não...(pensativa). **Eu acho interessante que às vezes é tão natural que você nem se percebe não usando essas roupas sabe? Porque já de tão incorporado que tá isso, sabe?** “ah porque é feio”, “porque não pode”, “porque é pra se mostrar”, porque tem toda aquela questão sabe. “Você tá se oferecendo” sabe. Então você... incorpora tanto isso, que pra você é meio que natural na hora até de comprar uma roupa, sabe? Até na hora de comprar você já: “Ah não, isso aqui não é meu estilo”, isso já tem um pouco mais decote, tem um pouco mais assim, você já coloca assim de lado, “Ah não isso aqui não é meu estilo, meu estilo já é mais como... né?”. Mas é interessante isso (grifo nosso)

Os valores determinados pelo pai eram inflexíveis. As proibições sociais reiteradas por ele reverberam no comportamento de Julia até hoje, a ponto de demarcar a escolha de suas roupas. Destaca-se em sua colocação que se trata de algo que se naturalizou, que foi “incorporado”, isto é, que se tornou parte de si.

Uma vez que o sujeito é interpelado ideologicamente, ocorre sua identificação com uma formação discursiva²³, aqui tomada como a dominante. Por ser também um sujeito do inconsciente, portanto, desejante, essa alienação se dá como uma resposta ao Outro. Nesse sentido, é que o sujeito é cativado pelas identificações, as quais produzem colagens com o social.

²³ A noção de FD é entendida como o lugar no qual acontece a constituição dos sentidos. Esses, por sua vez, se encontram dispersos no interdiscurso e se manifestam no fio do discurso (intradiscurso) por meio da associação dos sujeitos a determinada formação discursiva” (PRUINELLI, 2001, p. 119).

Conforme fundamenta Achard et al (2007), o discurso, a partir de sua estrutura, materializa uma memória social, já que é a memória que faz com que nossas palavras façam sentido. Um texto só trabalha através de sua circulação, a partir da qual sofre diferenciações de sentidos a ele relacionados. Uma matriz de sentido se institui por intermédio de um processo de repetibilidade que ocasiona um efeito de regularização. Nas palavras de Achard et al (2007, p. 15): “O fechamento exercido por todo jogo de força de regularização se exerce na retomada dos discursos e constitui uma questão social.” Indursky (2011) corrobora que à medida em que os sentidos são retomados e regularizados é que se forma uma memória social. Mesmo que o sujeito do discurso não tenha plena consciência disso, a repetição é uma forma de recuperar e manter discursos que estão em circulação e que são influenciados pelo tecido sócio-histórico.

Assim, é que tanto o pai quanto Julia se filiam a uma matriz de sentido que normatiza comportamentos de vestuário da mulher de acordo com o que é convencionalmente socialmente. No que tange ao efeito de “consenso”, Pêcheux ([1983] 1999, apud FERNANDES, 2001, p. 209) explica que ele “produz uma imagem cujo sentido se apresenta imobilizado, causando, assim, o efeito de um imaginário social desse objeto. É o imaginário que a memória social (entrecruzada com a história) preservará e fará circular”. Desse modo, podemos dizer que um sentido passa como que por uma naturalização, a partir de repetições que o regularizam.

Mariani (1988, p. 34 apud Fernandes, 2001, p. 209) expressa que a memória social é “um modo particular de repetição, de linearizar narrativas, sentidos, assim como de mantê-los constituindo uma memória histórica oficial.” No que tange a nosso objeto de estudo, porque estamos inseridos em uma sociedade na qual o masculino é que detém o poder, a memória social e os sentidos, já ficam comprometidos por essa configuração.

Em contrapartida, devemos considerar que mesmo as repetições podem vir a produzir deslocamentos e quebrar as regularizações, pois tal como postula Orlandi (2007), se a língua não fosse sujeita a falha e a história não fosse passível de ruptura não haveria possibilidade de movimento e transformação, nem dos sentidos nem dos sujeitos.

No tocante às regulações do vestuário da mulher presentes na narrativa de Helena (75 anos), ela nos conta que seu pai brigava com ela a depender da roupa que utilizava:

– [...] eu gostava de roupa muito curta porque eu tinha a perna bonita. Eu era baixinha, mas tinha as pernas bonitas, então eu usava roupas muito curtas e o decote. Eu usava muito decote, mas pra trás. Decote atrás, que eu achava minhas costas muito bonitas também. Então, sei lá, cada louco com a sua mania, né? Então eu gostava muito de decote nas costas, **mas o meu pai não gostava. Meu pai brigava com a gente, mas como eu já tava com 16 anos, já trabalhava, às vezes eu peitava um pouco ele, sabe? Às vezes eu não obedecia não** (grifo nosso).

Novamente, o pai aparece como a figura que desaprova o vestuário. Ademais, o trabalho se manifesta em sua fala como uma emancipação. Embora o genitor não gostasse de suas roupas, por já trabalhar, se sentia empoderada a ponto de desafiá-lo, de “peitá-lo”, ainda que de vez em quando. O trabalho a que se refere é o trabalho fora de casa, pois antes disso, Helena havia verbalizado que desenvolvia atividades laborais no ambiente doméstico desde pequena.

– Naquela época (referindo-se à sua infância), assim, já desde pequeno assim, que já falava, já andava direitinho, já ia junto com eles (com os pais) pra roça, né? Já trabalhava, já ajudava, todo mundo ajudava. Mas como eu era mais velha, eu ficava em casa, cuidava daqueles pequenos (dos irmãos) que ainda não podiam ir junto e eu que fazia a comida. Entendeu? (Helena, 75 anos)

Ela se autoriza a romper com as expectativas do pai e passa a se vestir da maneira que quer a partir do momento em que adquire uma certa emancipação econômica, a qual lhe possibilita utilizar as roupas que deseja.

Ainda que a autonomia financeira traga novas possibilidades para a mulher, no ambiente laboral ela continua sujeita às mesmas regulações, e até mesmo a violências delas decorrentes. Se sobressai na narrativa de Julia (49 anos) uma situação de assédio no trabalho envolvendo a roupa que vestia:

– [...] justamente no trabalho já teve uma questão de assédio, assédio moral mesmo, sabe. Então, eu fui de salto e usava camisete e acho que o camisete acabou abrindo e a pessoa falou assim: "Por que você está me provocando com esse camisete?", então eu realmente fui julgada, fui... Me senti... Poxa né... A pessoa chegou intimidando mesmo assim, dizendo que eu estava provocando, sabe? Quando eu não tinha nem percebido.

Chama atenção na fala de Julia como as regulações em torno das roupas vão se construindo desde o pai lhe dizendo o que (não) vestir. Quando adentra o campo do trabalho, seu corpo é objetificado sob o pretexto de um botão de camisa aberto.

As regulações envolvendo o vestuário tido como feminino são uma das tantas manifestações das desigualdades de gênero, por trás delas impera uma cultura sexista, na qual o corpo das mulheres é tratado como um objeto a ser tomado/domado. Nisso, qualquer exposição a mais de pele pode incorrer em risco de assédio e ser utilizada até mesmo para justificá-lo, como se a responsável pela situação fosse a mulher, que através de seus comportamentos ou da roupa “provoca” a situação.

Há uma cultura do estupro na qual as mulheres vivem em constante insegurança e precisam tomar cuidados com as vestes, com os locais que frequentam, com os horários que saem, para não serem violentadas. Aqui, se torna nítido, tal como no discurso de Julia, que elas é quem são responsabilizadas pelos comportamentos dos abusadores. No que tange a dados epidemiológicos, segundo Bueno et al (2022, p.04)

Ao longo da última década (2012 a 2021), 583.156 pessoas foram vítimas de estupro e estupro de vulnerável no Brasil, segundo os registros policiais. Apenas no último ano, 66.020 boletins de ocorrência de estupro e estupro de vulnerável foram registrados no Brasil, taxa de 30,9 por 100 mil e crescimento de 4,2% em relação ao ano anterior. Estes dados correspondem ao total de vítimas que denunciaram o caso em uma delegacia de polícia e, portanto, a subnotificação é significativa.

Os episódios de violência sexual são uma constante em nosso cenário social, sendo que a maioria das vítimas, 88,2%, são mulheres, quando se trata do sexo masculino, os abusos ocorrem majoritariamente com crianças (BUENO, et al, 2022). A partir de Engel (2017, p. 07), podemos entender cultura do estupro como: “um regime de desejo hegemônico que perpetua e naturaliza o abuso de mulheres e meninas”. Quando nos referimos à terminologia, falamos tanto de estupros como de abusos cotidianos que são naturalizados.

Loponte (2002, apud ENGEL, 2017, p.12) refere que na contemporaneidade é comum que propagandas, revistas, programas de TV e filmes utilizem o corpo de meninas e mulheres como uma referência de beleza para vender produtos e difundir ideais estéticos. Essa representação não se limita apenas ao aspecto visual, mas também é presente em músicas e histórias contadas em meios audiovisuais. Como resultado, o corpo feminino é frequentemente retratado como um objeto de desejo para outras pessoas, o que contribui para a perpetuação de uma cultura que ensina que o desejo do outro deve ser a principal preocupação das mulheres. Esse

fenômeno é conhecido como pedagogia do desejo. Desta feita, compreendemos a partir das contribuições da autora, que a pedagogia do desejo exerce influência nas relações e efetivamente no próprio desejo, de modo que se reproduz uma dinâmica na qual o corpo da mulher passa por objetificações reiteradas, principalmente de forma sexual. Assim, as regulações envolvendo o tamanho das vestimentas nos informam acerca de uma hipersexualização do corpo da mulher, bem como sobre uma tentativa de controle sobre ele. Tal como percebemos na narrativa de Alice (34 anos, mulher trans):

– [...] eu cheguei nos 34 anos.. Roupas muito curtas eu tirei, não por questão da sociedade..., de cobrança da sociedade... não! Mas da minha leitura pessoal, de verdade assim, minha, de querer passar hmm... **mais seriedade**, digamos assim. Não sei se... Compreende, né? De eu ser lida como uma pessoa mais centrada, isso eu digo no quesito, pra quem assistir depois não me compreender errado, que assim, pessoas trans são muito sexualizadas na sociedade. **Os nossos corpos são muito sexualizados. Então assim... de ter saias muito curtas, vestidos muito curtos, até... eu acho... até mesmo dessa seriedade para não passar uma imagem, digamos assim, que “permita” (gesticulando com as mãos sinais de aspás) que o meu corpo seja sexualizado**, entende? (grifo nosso).

Inseridas nessa formação social, para evitar assédios, ou serem interpretadas como dando brecha, as mulheres se resguardam utilizando de roupas compridas e sem decotes. Quando fazem uso de vestes que expõem o corpo, costumam ser taxadas com estereótipos, os quais parecem se intensificar quando se trata das mulheres trans.

Laura (24 anos), situa em seu discurso a adolescência como o período de início das proibições em suas vestimentas:

– Eu acho que na adolescência a gente começa a ver traços, de certa forma, do que não pode usar. Você não pode mais usar essa bermuda, você não pode mais usar essa saia, você não pode até mesmo usar esse vestido, porque ele tá curto agora pra você, você não tem mais o mesmo corpo de criança.

Não parece coincidência que seja na adolescência que as proibições se intensifiquem, pois de modo geral, costuma ser essa a fase na qual a erotização dos corpos é acentuada. Embora, como fundamenta Montes (2017), já na infância haja a sexualização dos corpos de meninas, o que se evidencia pela publicidade infantil,

que não raro, veicula imagens de meninas em poses sensuais além de incutir a valoração de uma estética desejável.

A fala de Laura destaca uma regulação que, uma vez naturalizada, passa a ser feita por ela mesma, que começa a questionar e tomar cuidados com o comprimento de suas vestimentas.

No discurso de nossas entrevistadas observamos como as desigualdades de gênero são reproduzidas a partir dos Aparelhos Ideológicos de Estado, seja no núcleo familiar, na escola, na igreja, na mídia ou através da indústria cultural. Tomando como exemplo as instituições escolares, temos nos deparado recentemente com uma onda de discursos conservadores frente a propostas de discutir gênero dentro das instituições educativas.

Em 2018, por exemplo, a extrema direita ganhou repercussão frente às mídias com o famoso “kit gay”, “kit piroca”, ou “kit homossexual” (que nunca existiu), o qual foi utilizado na campanha eleitoral de Bolsonaro para fulminar o concorrente Fernando Haddad que era acusado de desvirtuar a família brasileira promovendo campanhas para induzir as crianças ao homossexualismo nas escolas através de uma “ideologia de gênero²⁴” (ARANTES, 2021). Ainda no que concerne às escolas, uma vez no poder, o governo de extrema direita logo tratou de interferir nas agendas da educação, a começar com os cortes de verbas, e para além deles, nos próprios conteúdos e estruturas institucionais. Diante disso, recorreremos ao que Althusser (1996) versa, de que uma vez que uma classe detém o poder estatal, ela não tarda em buscar exercer a sua hegemonia sobre e dentro dos AIEs. Desse modo, os Aparelhos Ideológicos de Estado são tanto alvo, como lugar de disputas, uma vez que eles asseguram a reprodução de determinadas relações a partir da ideologia.

Oliveira (2001, p. 142) discorre que “[...] os aparelhos de estado figuram como meios pelos quais a ideologia se materializa em práticas concretas que, segundo Pêcheux, são revestidas de linguagem e só podem ser operadas por sujeitos e para sujeitos.” A ideologia se materializa por intermédio das instituições e se dá a partir de práticas discursivas de sujeitos que são interpelados. As formações discursivas, isto é, aquilo que define o que em uma formação ideológica pode e deve ser dito,

²⁴ “Uma falácia inventada e divulgada por setores (ultra)conservadores e fundamentalistas sob o pretexto velado de negar a igualdade de direitos e o respeito às mulheres e às pessoas LGBTI+, alegando que “ideologia de gênero” induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, negando a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBTI+ comprovadas com dados oficiais e estudos científicos (REIS; EGGERT, 2017 apud REIS, 2018, p. 29).

estão referidas a uma memória discursiva, a qual “diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas, reguladas pelos aparelhos ideológicos” (COURTINE, 1981, p. 52 apud INDURSKY, 2011, n.p)

A linguagem traz à tona o jogo de temporalidades, a diacronia e a sincronia. Uma história atrelada aos sentidos das palavras que nos remetem à diacronia e a uma memória; e um presente inscrito na sincronia do momento em que evocamos pela enunciação as palavras em um discurso. Conforme fundamenta Courtine (1981, p.16 apud NEVES, 2017, p.09):

Toda produção discursiva se efetua em determinadas condições conjunturais de produção e remete, põe em movimento e faz circular formulações anteriormente já enunciadas, como um efeito de memória na atualidade de um acontecimento.

Ao enunciar, o sujeito se filia a uma espécie de quadro contextual a partir do qual certos sentidos podem se constituir. Observar a memória discursiva, aquilo que fala antes, é fundamental para compreender o funcionamento do discurso.

Quando se trata das regulações que atravessam o vestuário da mulher, notamos a partir de nossas entrevistas uma memória discursiva que reproduz uma ideologia que conforma desigualdades de gênero, a qual se faz presente tanto nas falas das participantes idosas quanto das mais jovens, perpassando gerações. Embora os sentidos se constituam de modo diferente para cada uma delas, à medida que se inserem em distintas formações discursivas, das mais conservadoras às mais subversivas, as regulações em torno do vestuário foram vivenciadas por todas, de distintas maneiras é certo.

Nas narrativas das participantes mais jovens, Alice (34 anos) e Laura (24 anos), apesar das proibições reproduzirem a mesma base ideológica, pareceu-nos que se apresentaram de uma forma mais mascarada, relacionadas a preocupações com a leitura social e com as mudanças no corpo, diferentemente das falas das participantes mais velhas, nas quais os sentidos estavam explicitamente relacionados à uma moralidade, às noções de “decência”, de ser “direita”. É certo que muita coisa se modificou de um período para outro, e que os contextos vivenciados por elas são diferentes. De todo modo, isso nos faz pensar que ao mesmo tempo em que nos chocamos com o discurso de Maria (69 anos), quando nos diz que em sua adolescência teve a saia medida para entrar no colégio,

damo-nos conta que tal como ela via isso como algo natural dentro do contexto em que vivia, naturalizamos sem questionar tantas práticas em nosso presente. É justamente por sermos sujeitos atravessados por um inconsciente e interpelados ideologicamente, que a ideologia materializada no discurso produz efeitos de evidência que sustentam dizeres institucionalizados que nos parecem tão naturais.

4.4 Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar as regulações presentes no vestuário da mulher a partir de uma leitura intergeracional. Através das análises de discurso realizadas, percebemos que a roupa pode servir tanto para desqualificar uma mulher quanto para assegurar seu status social. Ela é acionada no jogo identitário para conformar posições e status. Conforme a vestimenta que utiliza, a mulher pode ser relacionada aos significantes “direita”, “decente” ou “séria”, tal como verificamos.

As regulações do vestuário dizem sobre uma ideologia sexista, a qual apareceu no discurso das participantes de diferentes idades. Nesse sentido, os Aparelhos Ideológicos de Estado desempenham a função de promover a reprodução dessa base ideológica, não sem constantes tensionamentos, a partir dos quais criam-se possibilidades para a emergência de novos sentidos e por consequência, de fissuras nos rituais ideológicos.

Há uma memória discursiva que permite todo dizer. Ao enunciar, atualizamos no presente coisas já-ditas no passado que fazem eco em nosso discurso, nos filiamos a quadros contextuais formadores de sentidos. Dado que fazemos isso sem dar-mo-nos conta, as regulações da vestimenta e os sentidos a elas relacionados vão se naturalizando à medida em que os repetimos. Assim, as desigualdades de gênero manifestas nos códigos de vestuário vão sendo passadas de geração em geração.

As proibições envolvendo as roupas se destacaram nas narrativas das participantes do estudo em alusão ao comprimento das roupas e decotes, o que indica a presença de limites que definem o quanto se pode mostrar do corpo da mulher. A adequação das roupas em sua imbricação com os corpos nos apresenta informações acerca das inscrições culturais sobre eles. As normatizações interferem

e delimitam por quais espaços é permitido às mulheres circular com determinadas vestimentas.

Com efeito, as regulações presentes no vestuário da mulher se mostram demasiado complexas e imbricadas, dentre suas relações estão a vigilância dos corpos, o controle da sexualidade e uma cultura do estupro na qual as mulheres vivem em constante insegurança. Todos esses elementos se engendram a processos identificatórios de gênero relacionados ao vestir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar a partir da narrativa de oito mulheres, nascidas em diferentes décadas, a atuação do vestuário nas demarcações da posição identitária mulher, assim como sua relação com os debates sobre cultura material e patrimônio cultural. Abrimos as discussões versando acerca da categoria “cultura material”. Verificamos que é impossível separar as dimensões material/imaterial, já que toda materialidade remete a uma imaterialidade e vice e versa. Cientes disso, tivemos como proposta refletir acerca de aspectos envolvendo as roupas a partir do discurso de mulheres entrevistadas pela metodologia de História Oral.

Observamos que apenas nos constituímos como sujeitos em uma cultura por intermédio da linguagem. Em virtude do vazio que marca nossa precariedade que somos sujeitos ao discurso do Outro e nos alienamos à cadeia significativa a partir das identificações. Isto é, para que haja identificação é necessária a linguagem, o desvelamento de significantes no qual acontece a paixão por um sentido que refreia a metonímia da cadeia. Em outros termos, as identificações acontecem por intermédio da articulação de significantes no ato da enunciação, mas só isso não basta para a constituição do laço identitário, para além, é necessário o afeto relacionado ao desejo. O sujeito enquanto faltante, se define a partir de um embate com o Outro que o constitui, e é pela linguagem que ele reiteradamente procura completar-se imaginariamente. Além disso, os indivíduos são desde sempre interpelados por uma ideologia, pelas circunstâncias históricas que os circundam.

No primeiro artigo, "*Articulações entre roupas, gênero e memória*", discutiremos sobre os engendramentos entre objetos e sujeitos com enfoque nas vestimentas. Verificamos que por sua capacidade de ser acionado para discursar silenciosamente, o material pode corroborar para a legitimação de determinados valores ou crenças, uma vez que em nosso uso mais cotidiano dos artefatos os estamos significando. Nossa leitura dos objetos se dá no interior de um contexto cultural específico, e é nele que os significados adquirem contorno, justamente por isso é que as roupas podem repetir silenciosamente classificações que permeiam os códigos de gênero.

O segundo artigo, nomeado "*Componentes do vestuário na demarcação de posições identitárias de gênero*", teve como objetivo analisar componentes do vestuário acionados para demarcar a posição identitária "mulher". Utilizamos das entrevistas de História Oral para acessar, a partir das narrativas das participantes, consensos envolvendo signos de gênero relacionados ao vestir, os seus deslocamentos e tensionamentos. A análise das narrativas ocorreu através da metodologia de Análise de Discurso. Percebemos que é perante o real do sexo que o sujeito se posiciona respondendo ao desejo do Outro, desempenhando um semblante, performando um gênero, e, para dar essa resposta ao Outro, ele recorre a insígnias presentes na cultura. Neste sentido, as roupas são um dos recursos acionados para demarcar a posição identitária "mulher". Determinadas peças, cores e tecidos são atreladas à sua figura, e enquanto artefatos da cultura material, tornam-se tão engendradas às práticas cotidianas que são naturalizadas. Em razão disso, é que as roupas nos possibilitam captar nuances do contexto no qual são usadas e significadas. E, como percebemos pelas narrativas das participantes deste estudo, concluímos que se trata de um contexto permeado por desigualdades de gênero, que se materializam e se repetem a partir dos códigos de vestimenta.

O último texto, intitulado "*Mulheres e as regulações sociais do que (não) vestir*", teve como objetivo analisar as regulações presentes no vestuário da mulher a partir de uma leitura intergeracional. Para tanto, recorreremos às narrativas das participantes, as quais analisamos utilizando dos preceitos da Análise de Discurso (AD). Optamos por focar nossa análise nas instituições que materializam e reproduzem uma ideologia sexista, a qual atravessa gerações à medida em que se atualiza em nossa memória discursiva e reverbera em normatizações envolvendo as roupas das mulheres. Chegamos à compreensão de que os Aparelhos Ideológicos de Estado são responsáveis pela função de assegurar a reprodução dessa base ideológica. Com efeito, as regulações presentes no vestuário da mulher se mostraram demasiado complexas, dentre suas relações estão a vigilância dos corpos, o controle da sexualidade e uma cultura do estupro na qual elas vivem em constante insegurança. Todos esses elementos se engendram a processos identificatórios de gênero relacionados ao vestir.

No que tange à vinculação de nosso objetivo de pesquisa com o patrimônio cultural, Gonçalves (2007) apresenta que o patrimônio se relaciona com a noção de continuidade. Ele emerge a partir de uma memória passada de geração em geração

que atravessa as identidades de determinado grupo ou indivíduo, memória esta transmitida por intermédio da linguagem. Uma vez que as identificações e a memória são constituídas pela/na linguagem, o patrimônio se conecta às narrativas, aos processos de significação, àquilo que temos de mais humano: nossa potência de simbolizar. A linguagem está imbricada com a memória, ela só tem capacidade de significar por causa dela. Quando enunciamos, as palavras já vêm carregadas de sentidos preexistentes, aos quais nos filiamos pelo dizer. Uma memória social é formada a partir de um processo de repetibilidade que ocasiona um efeito de regularização dos sentidos. Assim, a roupa, uma vez vinculada ao gênero, passa a atuar na reprodução de significados heteronormativos e da ideologia sexista que os embasa. Tanto as classificações de gênero quanto as regulações envolvendo o vestuário da mulher atravessam gerações, e por esse motivo, exercem influências nas identificações das mulheres brasileiras enquanto coletividade.

Há outros fatores que atuam nos processos identificatórios, aqui nos restringimos unicamente a pensá-los do ponto de vista da vestimenta e do gênero. A validade de nosso estudo residiu na possibilidade de ampliar debates sobre gênero e da relação entre objetos – especificamente as vestimentas, e sujeitos, em sua relação com o patrimônio cultural e a cultura material. Outrossim, por enlaçar estes campos de conhecimento na mesma problemática, esta pesquisa adquire um caráter de ineditismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

AMBRA, P. Gender and identification. **Stylus**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 43-50, 2017.

ALBERTI, V. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: Notas para uma investigação. IN: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BONFIM, F. Todo fálico e não-todo: construções lacanianas sobre a sexuação. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 14, n. 1, p. 201–213, abr. 2014.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1 edições, 2019.

COSSI, R. K; DUNKER, C.I.L. A diferença sexual de Butler a Lacan: gênero, espécie e família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 33, p. 01-08, 2017.

FUENTES, M.J.S. **As mulheres e seus nomes**: Lacan e o feminino. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GIL, A.C **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GONÇALVES, J.R.S. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

LACAN, J. **A identificação: seminário 1961 - 1962**. Tradução: Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Recife: Centro de estudos freudianos do Recife, 2003.

LACAN, J. Introdução aos Nomes-do-Pai (1973). **Nomes-do-Pai**. Trad. André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LACAN, J. O seminário, livro 20: **mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1969.

MAYER, F.P. **Introdução à Estatística e Conceitos de Amostragem**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016.

MAROTTI, J. et al. Amostragem em pesquisa clínica: tamanho da amostra. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, v. 20, n. 2, p. 186-194, 2008.

MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: UCB, 2003.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 7ª Ed. Campinas: Pontes, 2007.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

QUINET, A. **Os Outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SANTHIAGO, R; MAGALHÃES, V.B. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 27, p. 01-18, 2020.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2005.

UNESCO. **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura**, 32. Paris, 2003. 16p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em 02 fev.2022.

VENERA, R.A.S; ALBUQUERQUE W.B. O que as práticas narrativas de testemunhos dizem sobre o Patrimônio Cultural? **Revista Memória em Rede**. Pelotas v.11, n. 21. Jul/Dez, p. 83-107, 2019. Disponível em: periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria. Acesso em 09 jul 2020.

ARTICULAÇÕES ENTRE ROUPAS, GÊNERO E MEMÓRIA

ANDRADE, R. M. O caso do vestido e a biografia cultural das roupas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Anpuh, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890066_ARQUIVO_RitaAndrade_comunicacao_ANPUH2011.pdf Acesso em: novembro de 2020.

APFELBAUM, E. Dominação. In: HIRATA, H. et al. (EDS.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. [São Paulo]: Editora UNESP, 2009.

ARAÚJO, G.; ANDRADE, R. Traje mortuário: permanências e dissidências da vestimenta da morte na cultura popular brasileira. **Revista Confluências Culturais**, v. 8, p. 35-46, 12 dez. 2019.

- BARTHES, R. **Sistema da moda**. Tradução: Ivone C Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BARREIRO, A. M. **La moda en las sociedades modernas**. Madrid: Tecnos, 1998.
- BELOTTI, E. G. **O descondicionamento da mulher**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DEBOM, P. A moda e o vestuário como objetos de estudo na História. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, v. 3, n. 3, p. 13-26, 2019.
- ECO, U. et al. **Psicologia do vestir**. Tradução: José COLAÇO. 2. ed. Lisboa: SCARL, 1982.
- ENTWISTLE, J. **El cuerpo y la moda: una visión sociológica**. Barcelona: Paidós, 2002.
- FORTES, H. Dos objetos às coisas na poética da performance. **DAT Journal**, v. 3, p. 131–146, 2018.
- MITIDIERI, A. M. A.; GARBELOTTO, C. S. O traje da noiva na cena do casamento. In: 6º Colóquio de Moda, São Paulo, 2010. **Anais eletrônicos**. São Paulo: 2010. Disponível em <<http://www.coloquiomoda.com.br/anais/>> Acesso em: junho de 2022.
- HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Vozes, 2015.
- LACAN, J. **A identificação: seminário 1961 - 1962**. Tradução: Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Recife: Centro de estudos freudianos do Recife, 2003.
- LACAN, J. **A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud**. In: Escritos. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LEITÃO, D. K.; MACHADO, R.P Tratar as coisas como fatos sociais: metamorfoses nos estudos sobre cultura material. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 2, p. 231–247, 1 dez. 2010.
- LIMA, T. A. Cultura Material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan. /abr. 2011.
- MAUSS, M. As técnicas do corpo. In **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDU/EDUSP, v. 2 , p. 401-408, 1974.

BARREIRO, A. M. **La moda en las sociedades modernas**. Madrid: Tecnos, 1998.

MÁXIMO, G. C.; ALVES, E. F. **A semiótica no mundo da moda: uma visão psicanalítica**. In: 4º CONGRESSO BRASILEIRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DE DESIGN E MODA. UNESP Bauru, SP, 2017. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/coloquio2017/anais/anais/13-Coloquio-de-Moda_2017/PO/po_3/po_3_A_SEMIOTICA_NO_MUNDO_DA_MODALDA.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2020.

MILLER, D. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLSEN, B. Material culture after text: re-membering things. **Norwegian Archaeological Review**, v. 36, n. 2, p. 87-104, 2003.

REDE, M. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 4, n. 1, p. 265–282, 1 jan. 1996.

QUINET, A. **Os Outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SANTOS, M. R. Gênero e cultura material: a dimensão política dos artefatos cotidianos. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, p.1-8, 2018.

SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença. *In: Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

STALLYBRASS, P. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. Tradução: Tomaz Tadeu. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

STARACE, G. **Os objetos e a vida**: Reflexões sobre as posses, as emoções, a memória. [São Paulo]: Ed. Martins Fontes, 2017.

STARNINO, A. Sobre identidade e identificação em Psicanálise: um estudo a partir do Seminário IX de Jaques Lacan. **DoisPontos**, v. 13, n. 3, p. 231-249, 28 dez. 2016.

VIANA, W. C.; QUEIROZ, L. A. P. A materialidade como cultura: nos tornamos com as coisas. **Seminário de Filosofia e Sociedade**, v. 2, n. 1, 11 dez. 2017.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZAMBRINI, L. Olhares sobre moda e design a partir de uma perspectiva de gênero. **Dobra[s]**, São Paulo, v. 8, n. 19, p.54-61, 2016.

WOLF, N. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

COMPONENTES DO VESTUÁRIO NA DEMARCAÇÃO DE POSIÇÕES IDENTITÁRIAS DE GÊNERO

ALBERTI, V. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALTHUSSER, L. **Iniciação à filosofia para os não-filósofos**. Tradução Rosemary F. R. Costhek Abilio. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

ALVES, D. Damares: "Menino veste Azul e menina veste Rosa". Uma Nova Era? 2019. (35s). Disponível em: : <<https://www.youtube.com/watch?v=6myjru-e81U>>. Acesso em 05 de agosto de 2022.

AMBRA, P. Gender and identification. **Stylus** (Rio de Janeiro), n. 35, p. 43-50, 2017.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSSI, R.K; DUNKER, C.I.L. A diferença sexual de Butler a Lacan: gênero, espécie e família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 33, p.01-08, 2017.

FERRAZ, M.A.M. **“A senhora está conseguindo dar conta do meu filho?”: Discursividades de professores de uma escola pública de São Paulo**. Dissertação (mestrado em Fonoaudiologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.

FILGUEIRAS, A. A; AZEVEDO, N.P.G. Menino veste azul e menina veste rosa: uma análise do discurso da ministra pastora em um estado laico. In: **Análises em (dis)curso: perspectivas, leituras, diálogos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. p. 311- 328.

FONTANA, Mónica G. Zoppi. Althusser e Pêcheux: um encontro paradoxal. **Conexão Letras**, v. 9, n. 12, p. 23-35, 2014.

FREUD, S. Carta 71. In: **Obras completas de Sigmund Freud**. Edição standard brasileira sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. I (Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos, 1886-1889), p. 314-317.

FREUD, S. Totem e Tabu. In: **Obras completas de Sigmund Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 11 (Totem e Tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos, 1912-1914), p. 07-176.

GILLOT, P. **Althusser e a psicanálise**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 496-533.

LACAN, J. **As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, J. Introdução aos Nomes-do-Pai (1973). **Nomes-do-Pai**. Trad. André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 55-88.

LACAN, J. **O seminário**, livro 20: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LAVER, J. **A roupa e a moda**: uma história concisa. Tradução Glória Maria de Mello Carvalho. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LIMA, V.M. O gênero binário como semblante de relação sexual: entre psicanálise lacaniana e teoria queer. **Mosaico: Estudos em Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 20-35, 2018.

MAGALHÃES, B. A determinação da objetividade e as possibilidades da subjetividade: real da história e real do sujeito. **Fragmentum**, n. 29, p. 33-38, 2011.

MAGALHÃES, B; MARIANI, B. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 10, p. 391-408, 2010.

MAYER, F.P. **Introdução à Estatística e Conceitos de Amostragem**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016.

MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: UCB, 2003.

OLIVEIRA, J.B. O inconsciente lacaniano. **Psicanálise & Barroco em revista**, v. 10, n. 1, p. 109-121, 2012.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 7ª Ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, E; RODRIGUES, S.M.L (Orgs). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

PRUINELLI, A.M. Formação Discursiva. In FERREIRA, Maria Cristina Leandro et al. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 115 -120.

QUINET, A. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

RABINOVICH, Diana. **A significação do falo: uma leitura**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

TEIXEIRA, L.C; MOREIRA, J.O. O Eu e o Outro no mito freudiano da fundação da cultura. **Psicologia em Revista**, v. 19, n. 2, p. 187-202, 2013.

WOLF, N. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

MULHERES E AS REGULAÇÕES SOCIAIS DO QUE (NÃO) VESTIR

ACHARD, P.; DAVALON, J.; DURAND, J-L.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. **Papel da Memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007, p. 11-17.

ALBERTI, V. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ARANTES, Pedro Fiori et al. Assombro, transgressão e falsificação na estética de combate bolsonarista: armas discursivas e produção visual na vitória da extrema-direita em 2018. **Revista Eco-Pós**, v. 24, n. 2, p. 90-123, 2021.

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: Notas para uma investigação. IN: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BUENO; S, et al. Uma década e mais de meio milhão de vítimas de violência sexual. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública: 2022.

COURTINE, J. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. **Polifonia**, v. 12 n. 2, p. 1-13, 2006.

ENGEL, Cíntia L. **As atualizações e a persistência da cultura do estupro no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2017.

FERNANDES, C. Memória Discursiva. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro et al. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 207 -214.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, v. 24, n. 48, 2010.

FONTANA, Mónica G. Zoppi. Althusser e Pêcheux: um encontro paradoxal. **Conexão Letras**, v. 9, n. 12, p. 23-35, 2014.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, Mercado de Letras, 2011.

MAGALHÃES, B; MARIANI, B. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 10, p. 391-408, 2010.

MAYER, F.P. **Introdução à Estatística e Conceitos de Amostragem**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016.

MONTES, A.M. A sexualização de meninas no universo da publicidade infantil brasileira. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas**, v. 3, n. 1, p.178-190, 2017.

MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: UCB, 2003.

NEVES, I. S. O nascimento da lua em narrativas tupi da memória coletiva à memória discursiva. **Movendo Ideias**, v. 16, n. 2, p. 06 - 17, 2017.

OLIVEIRA, A.S; DORNELES, E.F. Ideologia. In FERREIRA, Maria Cristina Leandro et al. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 39-46.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 7ª Ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, E; RODRIGUES, S.M.L (Orgs). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

PRUINELLI, A.M. Formação Discursiva. In FERREIRA, Maria Cristina Leandro et al. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, p. 115 -120, 2001.

QUINET, A. **Os Outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

REIS, Toni (Org.). **Manual de comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFPR, 2018.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturado

Iniciar a entrevista contextualizando o lugar de fala da participante a partir de um breve relato de sua história, onde nasceu, nível de escolaridade, lugares percorridos ao longo da vida, se trabalhou ou não, em que profissão, se é/foi casada etc.

Infância

Como seus cuidadores te vestiam quando criança? Quem eram os cuidadores?

As roupas eram compradas?

As roupas eram compartilhadas com algum membro da família?

As roupas passavam de geração em geração?

As roupas eram feitas por alguém da família/quem?

A partir de que momento começou a escolher as próprias roupas?

Suas vestimentas diferiam de outros gêneros quando criança? Como?

Quem cuidava das roupas/ lavava/consertava?

O que era feito com as roupas que não serviam mais?

Que tipos de roupas eram usadas em cada situação?

Que roupas eram usadas em cada situação?

Existia alguma roupa inadequada/proibida para determinada situação ou lugar?

Existe alguma peça de roupa que tenha marcado a sua infância?

A partir das fotos da infância (se a participante tiver e quiser compartilhar) perguntar sobre as roupas.

Como você vê que as roupas se relacionaram ao seu gênero na infância?

Adolescência

Como você se vestia quando era adolescente? Como você enquanto adolescente se vestia?

Na adolescência você escolhia suas roupas?

Você seguia as roupas da moda? (quem/o que influenciava a moda)

Como suas vestimentas diferiam de outros gêneros quando adolescente?

Quem cuidava das roupas/ lavava/consertava? O que era feito com as roupas que não usava mais?

Qual é o critério usado para tomar a decisão de se desfazer de alguma roupa?

Que tipos de roupas eram usadas em cada situação?

Existia alguma roupa inadequada/proibida para determinada situação ou lugar?

O que mudou nas suas vestimentas da infância para a adolescência? O que permaneceu? Como você se sentiu em relação a essas mudanças? Como você vê que as roupas se relacionaram com sua identidade de mulher na adolescência?

Existe alguma peça de roupa que tenha marcado a sua adolescência?

A partir de fotos da adolescência (se a mulher tiver) perguntar sobre as vestimentas.

Idade Adulta

Como você se veste/vestia enquanto mulher na idade adulta?

Você segue as roupas da moda? (quem/ o que dita/ditava a moda)

Como suas vestimentas diferiam/diferem de outros gêneros?

Que tipos de roupas são/eram usadas em cada situação?

Na sua casa, quem cuida/cuidava das roupas? (lavar, passar etc.)

O que é/era feito com as roupas que não usava/usa mais?

Sob que circunstâncias se tomava/toma a decisão de se desfazer de alguma roupa?

Existe alguma peça de roupa que tenha marcado a sua vida adulta?

A partir de fotos (se a participante tiver e quiser compartilhar) perguntar sobre as vestimentas.

O que mudou nas suas vestimentas da adolescência para a idade adulta?

O que permaneceu? Como você se sentiu em relação a essas mudanças?

Como você vê que as roupas se relacionam/relacionaram à sua identidade de mulher na idade adulta?

Idosas (questionário será aplicado somente com as participantes idosas)

Como você se veste? Você segue as roupas da moda? (quem/o que dita a moda)

Que tipos de roupas são usadas em cada situação?

Na sua casa, quem cuida das roupas? (lavar, passar etc.)

O que é feito com as roupas que não usa mais?

Você percebe alguma mudança na forma de vestir de quando era mais jovem pra hoje?

Como a vestimenta feminina de hoje em dia difere da época da sua adolescência/idade adulta?

Como percebe as roupas das adolescentes e mulheres de hoje em dia?

O que mudou nas suas vestimentas da idade adulta para a terceira idade?

O que permaneceu? Como você se sentiu em relação a essas mudanças?

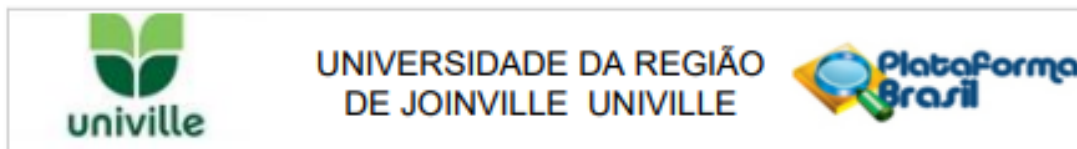
Como você vê que as roupas se relacionam/relacionaram à sua identidade de mulher atualmente?

Você já foi proibida/julgada por usar alguma roupa?

O que é ser mulher para você?

Você acha que as roupas dizem sobre feminilidade/ser mulher?

APÊNDICE B – Parecer de aprovação do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PATRIMÔNIO CULTURAL, ROUPAS E GÊNERO: A INDUMENTÁRIA PERFORMATIVIDADE *¿MULHER¿*.

Pesquisador: Jéssica Borges Caikoski

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 40180720.2.0000.5366

Instituição Proponente: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.557.758

Apresentação do Projeto:

Conforme exposto no parecer substanciado nº 4.476.868.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme exposto no parecer substanciado nº 4.476.868.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme exposto no parecer substanciado nº 4.476.868.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Conforme exposto no parecer substanciado nº. 4.476.868, no entanto, os critérios de inclusão foram atualizados, apenas com participantes nascidas entre os anos 1920 e 2000. Também esclareceu-se a diferença de datas apresentadas para a coleta de dados. Ela será realizada entre os dias 01 de março e 31 de maio, e a pesquisadora explicita que irá aguardar a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Conforme exposto no parecer substanciado nº 4.476.868.

Recomendações:

Ao finalizar a pesquisa, o (a) pesquisador (a) responsável deve enviar ao Comitê de Ética, por meio do sistema Plataforma Brasil, o Relatório Final (modelo de documento na página do CEP no site da Univille Universidade).

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 119. campus Bom Retiro

Bairro: Zona Industrial

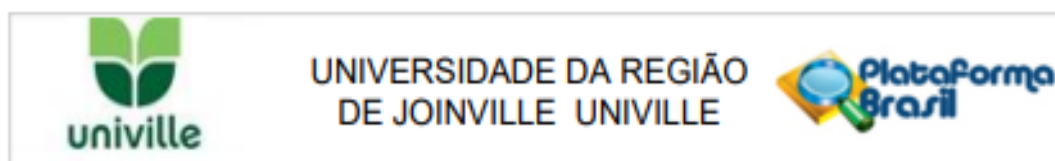
CEP: 89.219-710

UF: SC

Município: JOINVILLE

Telefone: (47)3461-9235

E-mail: comitetica@univille.br



Continuação do Parecer: 4.557.758

Segundo a Resolução 466/12, no item

XI- DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

d) Elaborar e apresentar o relatório final;

Modelo de relatório para download na página do CEP no site da Univille Universidade.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "PATRIMÔNIO CULTURAL, ROUPAS E GÊNERO: A INDUMENTÁRIA PERFORMATIVIDADE MULHER.", sob CAAE "40180720.2.0000.5366" teve suas pendências esclarecidas pelo (a) pesquisador(a) "Jéssica Borges Caikoski", de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares, portanto, encontra-se APROVADO.

Informamos que após leitura deste parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no site da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso https://www.univille.edu.br/pt_br/institucional/proreitorias/prppg/setores/coordenacao_pesquisa/comite_etica_pesquisa/status-parecer/645062.

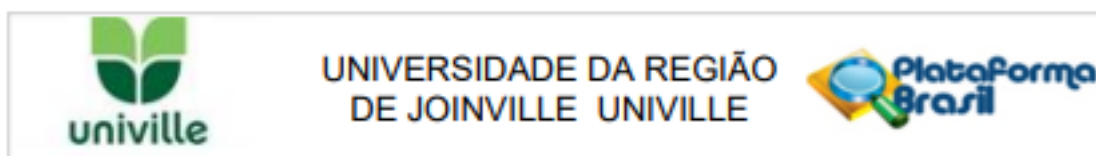
Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1652950.pdf	19/01/2021 00:53:07		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	19/01/2021 00:49:55	Jéssica Borges Caikoski	Aceito

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 119. campus Bom Retiro
 Bairro: Zona Industrial CEP: 89.219-710
 UF: SC Município: JOINVILLE
 Telefone: (47)3461-9235 E-mail: comitetica@univille.br



Continuação do Parecer: 4.557.758

Outros	Carta_resposta.pdf	19/01/2021 00:46:37	Jéssica Borges Caikoski	Aceito
Parecer Anterior	parecer.pdf	18/01/2021 23:27:26	Jéssica Borges Caikoski	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	18/01/2021 23:24:22	Jéssica Borges Caikoski	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	17/11/2020 21:35:57	Jéssica Borges Caikoski	Aceito
Outros	roteiro.pdf	23/10/2020 16:02:24	Jéssica Borges Caikoski	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tdle.docx	23/10/2020 15:58:10	Jéssica Borges Caikoski	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	23/10/2020 14:13:22	Jéssica Borges Caikoski	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOINVILLE, 24 de Fevereiro de 2021

Assinado por:
Marcia Luciane Lange Silveira
 (Coordenador(a))

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 119. campus Bom Retiro
Bairro: Zona Industrial **CEP:** 89.219-710
UF: SC **Município:** JOINVILLE
Telefone: (47)3461-9235 **E-mail:** comitica@univille.br

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) a disponibilizar em ambiente digital institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e/ou outras bases de dados científicas, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data 05/05/2023.

1. Identificação do material bibliográfico: () Tese (X) Dissertação () Trabalho de Conclusão

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Autora: Jéssica Borges Caikoski

Orientadora: Dione da Rocha Bandeira

Coorientadoras: Raquel Alvarenga Sena Venera e Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

Data de Defesa: 13/03/2023

Título: A atuação do vestuário nas demarcações da posição identitária mulher

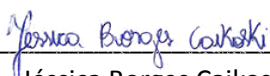
Instituição de Defesa: Univille - Universidade da Região de Joinville

3. Informação de acesso ao documento:

Pode ser liberado para publicação integral (X) Sim () Não

Havendo concordância com a publicação eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese, dissertação ou relatório técnico.

Joinville, 05 de maio de 2023.



Jéssica Borges Caikoski